



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 7 N. 3

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretária: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretário de Planejamento em exercício: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 7, N. 3, setembro 2025

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 7	n. 3	p. 1-36	set. 2025
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Elen Azambuja

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2025	6
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	8
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	11
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	14
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
2 O EMPREGO FORMAL NO ESTADO E NO PAÍS	19
2.1 O MERCADO FORMAL GAÚCHO NA PERSPECTIVA NACIONAL	19
2.2 O MOVIMENTO DO EMPREGO FORMAL GAÚCHO SEGUNDO GRUPAMENTOS SETORIAIS E DIVISÕES SELECIONADAS DA CNAE 2.0	22
2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES	25
2.4 A DIVERSIDADE REGIONAL NO MERCADO DE TRABALHO DO RS — RFs E COREDES	29
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
Box	33
REFERÊNCIAS	35

SUMÁRIO EXECUTIVO

A **seção 1** do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** apresenta evidências sobre o desempenho do mercado de trabalho do estado no segundo trimestre de 2025, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e do país. Com indicadores selecionados do mercado de trabalho, são feitas também comparações da posição relativa do RS com as de todas as unidades da Federação (UFs). A **seção 1** foi elaborada com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As evidências dessa seção do **Boletim** mostram que a taxa de participação na força de trabalho, no RS, que se situou, no segundo trimestre de 2025, em 65,5%, teve queda na margem e se manteve estável em termos interanuais. Nessa última referência comparativa, o indicador também permaneceu estável nos demais estados da Região Sul e no estado de SP, enquanto, no país, se elevou. Na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, o RS passou da sétima para a oitava maior taxa de participação na força de trabalho entre as 27 UFs.

O nível de ocupação permaneceu estável no RS, no segundo trimestre de 2025, em 62,7%, tanto em relação ao trimestre anterior quanto em termos interanuais. Na referência comparativa interanual, também ficou estável em SC e no PR, e, em SP e no plano nacional, registrou aumento. Não obstante a estabilidade do indicador no RS, no segundo trimestre de 2025, na comparação interanual, o estado avançou do nono para o sétimo maior nível de ocupação entre todas as UFs.

Quanto à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade se manteve estável no RS (31,1%) e no PR, no segundo trimestre de 2025. Na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, a taxa de informalidade registrou queda em SC, no PR e no âmbito nacional. Em relação à totalidade das UFs, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, o RS avançou da sexta para a quarta menor taxa de informalidade.

Ocorreu queda na taxa de desocupação do RS, assim como na de SC, de SP e na do país, no segundo trimestre de 2025, tanto na margem quanto na referência comparativa interanual, enquanto, no PR, o indicador se manteve estável. O RS, cuja taxa de desocupação foi de 4,3% no segundo trimestre de 2025, SC, SP e o país atingiram os menores níveis do indicador em suas respectivas séries temporais. O estado, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, avançou da décima para a oitava menor taxa de desocupação entre todas as UFs.

A incidência da desocupação de longo prazo, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o mesmo trimestre do ano anterior, evidenciou queda no RS (de 25,4% para 19,3%), nos demais estados da Região Sul e no país, tendo, todavia, se elevado em SP. No RS, em SC e no PR, no segundo trimestre de 2025, o indicador atingiu o menor nível das suas respectivas séries temporais.

O rendimento médio mensal real habitual dos ocupados no RS (R\$ 3.794) se manteve estável no segundo trimestre de 2025, seja em relação ao trimestre anterior, seja em comparação ao mesmo trimestre de 2024. Na comparação interanual, permaneceu estável em SP e evidenciou elevação em SC, no PR e no país.

No que diz respeito à desigualdade de rendimentos dos ocupados, o coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, mostrou queda no RS (de 0,4673 para 0,4461), em SP e no país, aumento em SC e estabilidade no PR. Ao se cotejar o nível de desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS com o de todas as UFs, foi revelado que o estado passou, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, do décimo quarto para o nono menor coeficiente de Gini.

A massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados ficou estável no RS, no segundo trimestre de 2025, em R\$ 21,8 bilhões. Na comparação interanual, também permaneceu estável em SP, enquanto, em SC, no PR e no âmbito nacional, registrou variações positivas. No RS, no segundo trimestre de 2025, foi interrompido um período de quatro variações interanuais positivas consecutivas da massa de rendimento mensal real habitual.

A **seção 2** explora as evidências relativas ao emprego formal no Rio Grande do Sul, referindo-as aos movimentos verificados em nível nacional e nas demais unidades da Federação (UFs). As fontes são o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Considerando-se as variações em acumulados de 12 meses, em junho de 2025, pela primeira vez na série do Novo Caged, o percentual de expansão do emprego formal, no RS, foi superior ao do agregado nacional, fato que se repetiu em julho último, quando o indicador atingiu 3,3% no estado e 3,2% no país. A base de comparação com meados do ano passado, auge dos eventos climáticos extremos que atingiram o território gaúcho, parece ter contribuído para um efeito matemático a incrementar os resultados anualizados do estado. O Rio Grande do Sul ficou na 18.^a maior expansão do mercado formal de trabalho no ordenamento das 27 UFs, rompendo uma longa sequência de colocações entre a antepenúltima e a última. No acumulado de julho de 2020 a julho de 2025, assim como no intervalo entre os mesmos meses de 2023 e 2024, a posição do estado é ainda a menos favorável.

O setor Serviços concentrou metade dos 94 mil postos gerados no estado, nos últimos doze meses disponíveis, e teve o maior crescimento relativo (3,9%). Em percentual de elevação, a segunda colocação foi da Construção, ao passo que, em número de vínculos adicionais de emprego, esse lugar ficou com a Indústria. Esse último setor, na sequência de resultados anualizados, vem recuperando a considerável e duradoura desvantagem que carrega comparado com os outros dois maiores empregadores (Serviços e Comércio) e chegou a julho último com um acumulado de 2,9% de variação em 12 meses. Das seis Divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas que mais geraram vínculos formais de emprego nos últimos doze meses, seguindo o Comércio Varejista, Atividades de Atenção à Saúde Humana e Serviços de Escritório e Apoio Administrativo, constam três segmentos industriais: Produtos Alimentícios, Máquinas e Equipamentos e Produtos do Fumo.

O perfil do emprego gerado mostrou predomínio das mulheres (58,7%), dos trabalhadores com ensino médio completo (62,6%) ou incompleto (20,2%) e dos mais jovens, tanto dos menores de idade (33,6% do saldo) quanto dos indivíduos de 18 a 24 anos (59%). Uma análise comparativa com o agregado do Brasil indica que, em aparente contradição com o perfil demográfico mais “envelhecido” da população gaúcha, o predomínio dos trabalhadores com até 24 anos na formação dos saldos de emprego é bem mais acentuado no estado, o que requer aprofundamento da investigação. Uma análise da RAIS Preliminar de 2024 — ainda incompleta, especialmente no que tange à administração pública — indica uma distribuição do emprego formal segundo a raça/cor que não se diferencia intensamente da distribuição da população em idade de trabalhar, mas que, ainda assim, dá mais acesso aos indivíduos brancos. A participação relativa dos não brancos é mais elevada nos setores da Construção e da Agropecuária. Em termos salariais, as diferenças são bastante claras em desfavor de pardos e, especialmente, de pretos. Nos Serviços, a remuneração média encontra a maior disparidade, com os pardos percebendo 76,4% do valor pago aos brancos, e os pretos, 70,4%.

Regionalmente, as Regiões Funcionais do estado em que o emprego mais cresceu foi a RF 9 (Norte), na qual se destacaram o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Alto da Serra do Botucaraí, com 10,4% (o melhor resultado entre os 28 Conselhos), e o Nordeste (com 7,7%, a segunda mais alta variação entre todos os Coredes). A RF 2 (Vales), especialmente atingida pelos eventos climáticos de meados de 2024, teve o segundo melhor desempenho entre as 9 RFs nos últimos 12 meses disponíveis, resultado para o qual possivelmente pesou a base de comparação excepcionalmente rebaixada, de julho de 2024.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2025¹

A economia do Rio Grande do Sul sofreu um choque adverso com a calamidade climática que sobre ela incidiu em maio de 2024 (Boletim de Conjuntura [...], 2024). Alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do estado, como o nível de ocupação e a taxa de desocupação, todavia, mantiveram-se estáveis no segundo trimestre de 2024, um comportamento que originalmente não era esperado (Boletim de Trabalho [...], 2024a). Não obstante, naquele contexto, o RS perdeu posições relativas quando os níveis desses indicadores foram comparados com os de todas as unidades da Federação do país. A partir do terceiro trimestre de 2024, identificaram-se sinais de retomada dos avanços no mercado de trabalho gaúcho, a ponto de, no quarto trimestre desse ano, ter sido atingido o maior nível de ocupação de sua série temporal (Boletim de Trabalho [...], 2024b e 2025a).

No primeiro trimestre de 2025, ocorreu estabilidade da taxa de participação na força de trabalho e do nível de ocupação no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul (Boletim de Trabalho [...], 2025b). Já a taxa de desocupação, no primeiro trimestre de 2025, em comportamento tipicamente sazonal, elevou-se na margem, enquanto, na referência comparativa interanual, manteve-se estável.

Esta seção do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** tem o objetivo de apresentar evidências sobre o desempenho do mercado de trabalho do estado no segundo trimestre de 2025, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e do país. São feitas, também, com indicadores selecionados do mercado de trabalho, comparações da posição relativa do RS com a de todas as unidades da Federação. A seção foi elaborada com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e está organizada em quatro tópicos: participação na força de trabalho, nível de ocupação e trabalho informal, subutilização da força de trabalho e rendimentos dos ocupados.

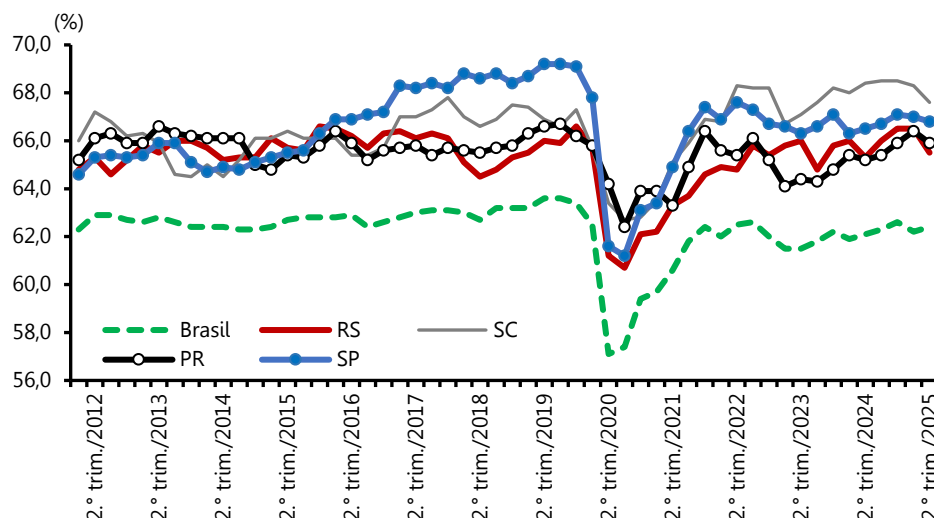
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

Quanto aos indicadores que operam pelo lado da oferta de força de trabalho (FT), a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)², no RS, evidenciou queda no segundo trimestre de 2025, na comparação com o trimestre anterior, tendo passado de 66,5% para 65,5% (**Gráfico 1**). Na mesma referência comparativa, a TPFT também registrou redução em SC, de 68,3% para 67,6%, enquanto, no PR, em SP e no país, se manteve estável, em 65,9%, 66,8% e 62,4% respectivamente. Ao se cotejar o indicador no segundo trimestre de 2025 com o mesmo trimestre de 2024, constata-se que a TPFT permaneceu estável nos três estados da Região Sul e no estado de SP, já no âmbito nacional, evidenciou-se um leve aumento de 0,3 ponto percentual (p.p.). No RS, o indicador, no segundo trimestre de 2025, se manteve 0,5 p.p. abaixo do do mesmo trimestre de 2023, o qual pode ser tomado como uma base comparativa para a avaliação dos efeitos adversos sobre o mercado de trabalho dos eventos climáticos que se verificaram no estado, em maio de 2024.

¹ Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 15 de agosto de 2025.

² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar e é expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

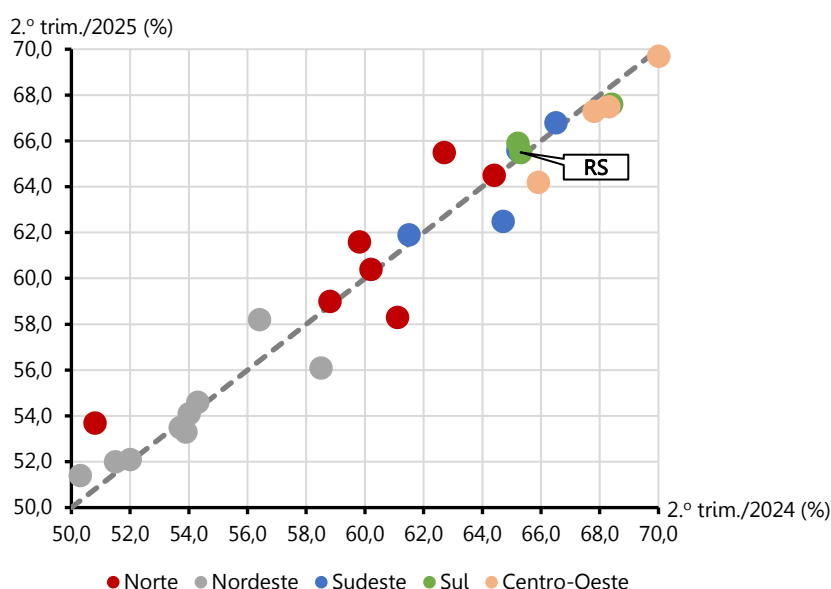
Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

Pode-se ter uma noção da evolução da posição relativa do nível da TPFT do RS diante do de todas as unidades da Federação (UFs) por meio das evidências expostas no **Gráfico 2**. Nesse gráfico de dispersão, a TPFT das UFs, no segundo trimestre de 2024, está sendo medida no eixo horizontal, e a do segundo trimestre de 2025, no eixo vertical. Assim, cada ponto no Gráfico 2 contém a TPFT das UFs nesses dois trimestres: quanto mais à direita estiver o ponto, maior será o nível do indicador no segundo trimestre de 2024, e, quanto mais acima, maior será o seu nível no segundo trimestre de 2025. De acordo com o que se pode identificar no Gráfico 2, o RS detinha a sétima maior TPFT no segundo trimestre de 2024: há seis pontos à sua direita, os quais representam SC, SP e as quatro UFs da Região Centro-Oeste; por sua vez, no segundo trimestre de 2025, o RS passou a deter a oitava maior TPFT, uma vez que há sete pontos acima de sua posição, que correspondem a SC, PR, SP, MG³, GO, DF e MT.

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2024 e 2.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

³ O ponto correspondente ao estado de MG está praticamente sob o do RS, o que dificulta a sua visualização no **Gráfico 2**.

No que diz respeito ao número absoluto de pessoas na FT, esse registrou, no RS, no segundo trimestre de 2025, na margem, uma retração de 1,3%, tendo passado de 6.198 mil para 6.120 pessoas (**Tabela 1**). Nos demais estados da Região Sul e no estado de SP, na mesma referência comparativa, o contingente de pessoas na FT se manteve estável, e, no país, evidenciou uma variação positiva de 0,5%. Na comparação interanual, no segundo trimestre de 2025, o número absoluto de pessoas na FT permaneceu estável no RS, em SC, no PR e em SP — as suas oscilações não têm significância estatística; no país, registrou uma variação positiva de 1,2%.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)								VARIÇÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	2.º Trim./2022	2.º Trim./2023	2.º Trim./2024	1.º Trim./2025	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025 1.º Trim./2025	2.º Trim./2025 2.º Trim./2024
Brasil	105.460	95.589	102.315	106.340	105.505	107.272	108.077	108.569	(1) 0,5	(1) 1,2
RS	6.101	5.675	5.880	6.030	6.113	6.066	6.198	6.120	(1) -1,3	0,9
SC	4.026	3.940	4.057	4.304	4.317	4.503	4.554	4.531	-0,5	0,6
PR	6.122	5.984	5.881	6.165	6.177	6.302	6.438	6.402	-0,6	1,6
SP	25.578	22.808	24.428	25.533	25.230	25.464	25.780	25.671	-0,4	0,8

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

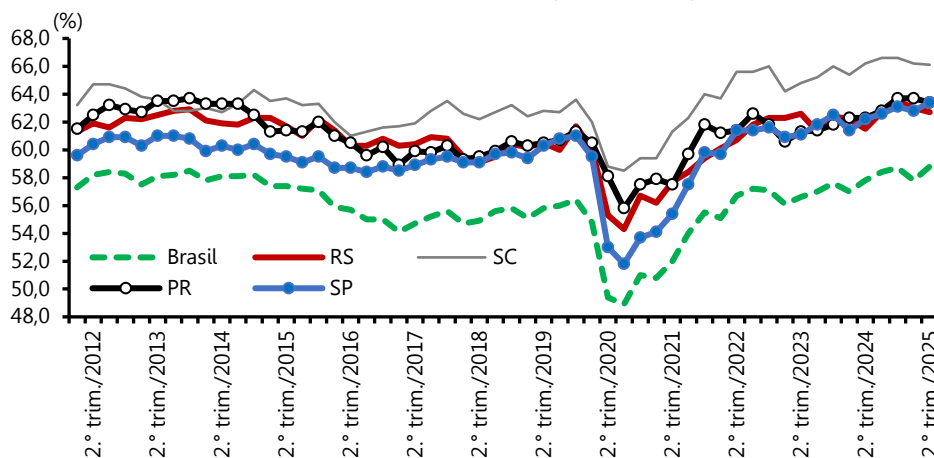
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

O nível de ocupação (NO)⁴ do RS, no segundo trimestre de 2024, mostrou-se estável tanto na margem quanto em termos interanuais, pois, em ambas as referências comparativas, as suas oscilações não têm significância estatística. Devido aos efeitos adversos da calamidade climática de maio de 2024 sobre a economia gaúcha (Boletim de Conjuntura [...], 2024), esse desempenho do NO não era originalmente esperado. A partir do terceiro trimestre de 2024, esse indicador deu sinais claros de recuperação no RS, a ponto de atingir, no quarto trimestre de 2024, o maior nível da série temporal da PNAD Contínua (Boletim de Trabalho [...], 2025a).

No segundo trimestre de 2025, na margem, o NO do RS se manteve estável em 62,7%, assim como em SC (66,1%), no PR (63,4%) e em SP (63,4%); no país, o indicador elevou-se de 57,8% para 58,8% (**Gráfico 3**). Na comparação interanual, no segundo trimestre de 2025, o NO também permaneceu estável no RS e nos demais estados da Região Sul, enquanto, em SP e no plano nacional, registrou variações positivas, de 1,2 p.p. e 1 p.p. respectivamente. Como decorrência, o país alcançou, no segundo trimestre de 2025, o maior nível do indicador na série temporal da PNAD Contínua.⁵

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2025

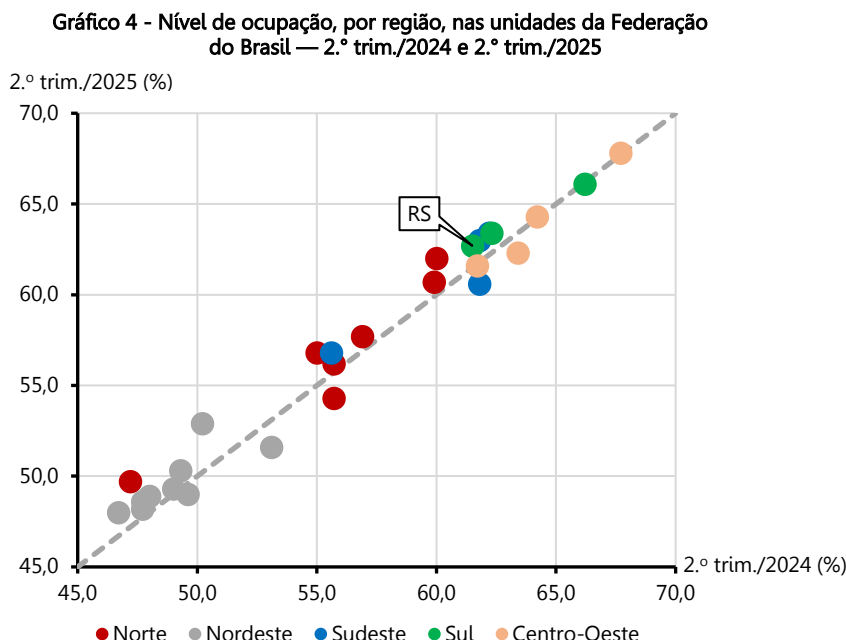


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

⁴ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho e é expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

⁵ Está-se fazendo referência à série temporal da PNAD Contínua dos trimestres encerrados em março, junho, setembro e dezembro.

A evolução da posição relativa do NO do RS diante de todas as UF's pode ser verificada por meio do **Gráfico 4**, o qual contém dados do segundo trimestre de 2024 e de 2025. Nesse sentido, no segundo trimestre de 2024, o RS detinha o décimo maior NO, pois nove pontos estão situados à sua direita no gráfico de dispersão, os quais correspondem a SC, PR, SP, ES, MG e às quatro UF's da Região Centro-Oeste. No segundo trimestre de 2025, o NO do RS tinha avançado para o sétimo maior patamar entre as UF's: há somente seis pontos acima de sua posição, que representam SC, PR, SP, MG, GO e MT.



O contingente de ocupados no RS, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o trimestre anterior, manteve-se estável (5.854 mil pessoas), assim como em SC, no PR e em SP; no país, evidenciou variação positiva de 1,8% (**Tabela 2**). Na referência comparativa interanual, no segundo trimestre de 2025, constata-se crescimento generalizado do número absoluto de ocupados: 2,5% no RS (mais 144 mil ocupados), 1,7% em SC, 2,3% no PR, 2,2% em SP e 2,4% no âmbito nacional.

Tabela 2 - Contingente de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	2.º Trim./2022	2.º Trim./2023	2.º Trim./2024	1.º Trim./2025	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025
									1.º Trim./2025	2.º Trim./2024
Brasil	92.662	82.610	87.743	96.445	97.038	99.883	100.511	102.316	(1) 1,8	(1) 2,4
RS	5.596	5.128	5.360	5.653	5.791	5.710	5.872	5.854	-0,3	(1) 2,5
SC	3.779	3.656	3.818	4.134	4.165	4.357	4.415	4.429	0,3	(1) 1,7
PR	5.563	5.409	5.348	5.791	5.875	6.022	6.182	6.158	-0,4	(1) 2,3
SP	22.268	19.632	20.866	23.177	23.253	23.834	24.166	24.353	0,8	(1) 2,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

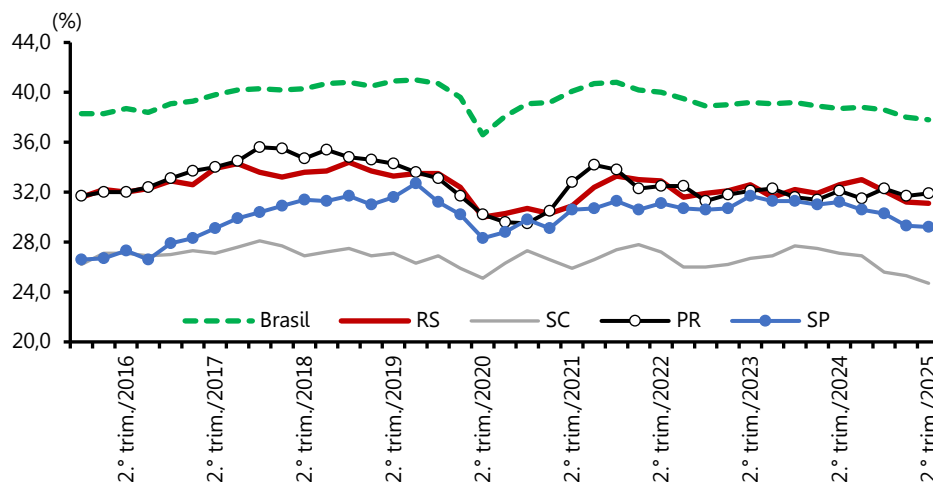
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

No que se refere à composição da ocupação, a taxa de informalidade (TI)⁶ mostrou uma queda abrupta no RS, em 2020, no pior momento da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho. O indicador elevou-se em 2021, teve queda em 2022 e, desde 2023, permaneceu praticamente estável. No segundo trimestre de 2025, na margem, a TI ficou estável no RS (31,1%), bem como em suas referências comparativas selecionadas: em SC (24,7%),

⁶ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), os trabalhadores por conta própria sem CNPJ e os trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2025d). A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

no PR (31,9%), em SP (29,2%) e no país (37,8%) — **Gráfico 5**. Na comparação do segundo trimestre de 2025 com o mesmo trimestre de 2024, a TI também permaneceu estável no RS e no PR; já em SC, em SP e no país, evidenciou queda de 2,4 p.p., 1 p.p. e 0,9 p.p. respectivamente.

Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-2.º trim./2025

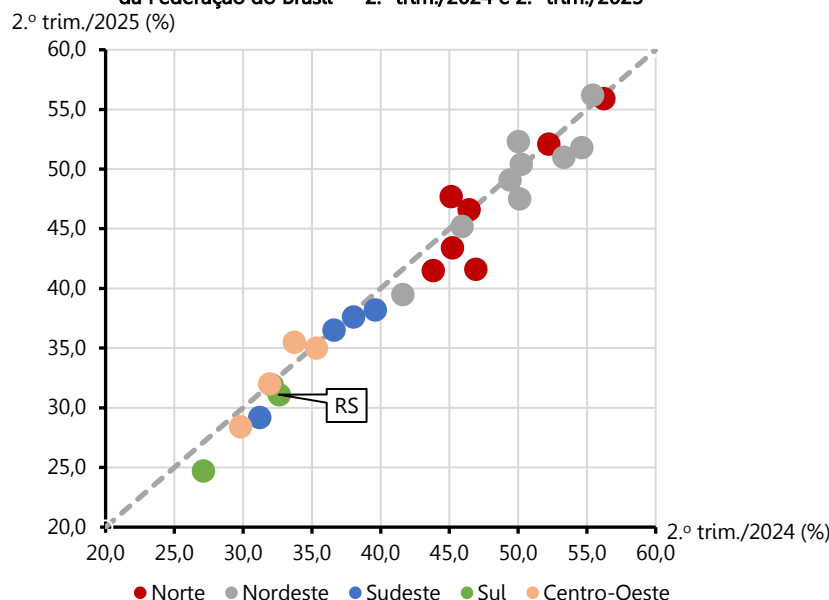


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

No que diz respeito à evolução da posição relativa do nível da TI do RS na comparação com a de todas as UFs, constata-se que o indicador do estado era o sexto menor no segundo trimestre de 2024, uma vez que existem cinco pontos à sua esquerda no **Gráfico 6**, os quais representam SC, PR⁷, SP, MS e o DF. Por sua vez, no segundo trimestre de 2025, o RS havia avançado para a quarta menor TI: estão abaixo de sua posição, no gráfico de dispersão, somente SC, DF e SP.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2024 e 2.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

O contingente de ocupados informais, no segundo trimestre de 2025, comparado com o trimestre anterior, manteve-se estável no RS (1.821 mil pessoas), nos demais estados da Região Sul e no estado de SP, enquanto, no

⁷ No **Gráfico 6**, o ponto correspondente ao estado do PR não é visível, pois está praticamente sob o de MS.

país, teve aumento de 1,4% (**Tabela 3**). Na referência comparativa interanual, no segundo trimestre de 2025, o indicador também permaneceu estável no RS, no PR e no país — as suas oscilações não têm significância estatística —, enquanto, em SC e em SP, registrou redução de 7,3% e 4,5% respectivamente.

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2025	1.º Trim./2025	2.º Trim./2024
Brasil	37.876	30.253	35.183	38.619	38.051	38.619	38.189	38.718	(1) 1,4	0,3
RS	1.861	1.540	1.655	1.862	1.886	1.860	1.835	1.821	-0,7	-2,1
SC	1.024	918	990	1.126	1.114	1.183	1.119	1.096	-2,0	(1) -7,3
PR	1.909	1.632	1.756	1.879	1.884	1.934	1.963	1.967	0,2	1,7
SP	7.027	5.555	6.392	7.217	7.360	7.441	7.078	7.109	0,4	(1) -4,5

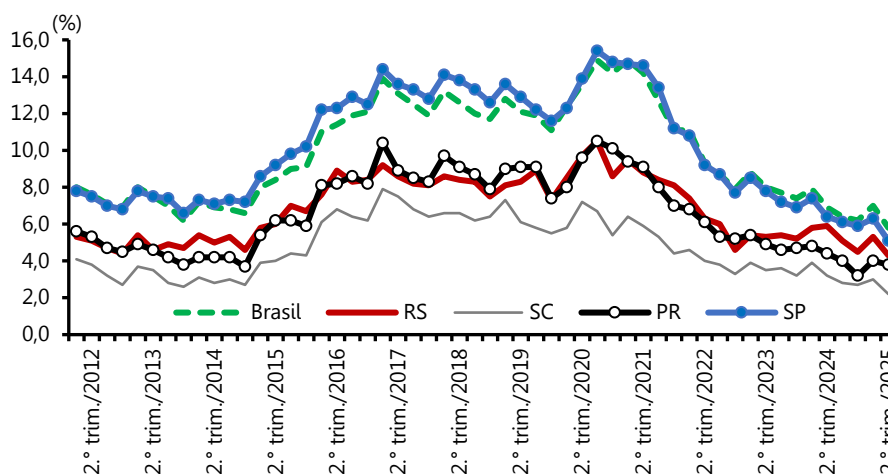
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

No segundo trimestre de 2024, a taxa de desocupação (TD), no RS, se manteve estável tanto na margem quanto na referência comparativa interanual (Boletim de Trabalho [...], 2024a). Esse comportamento do indicador foi, de certa forma, inesperado, dado o choque adverso que incidiu sobre a economia gaúcha no período, decorrente das enchentes de maio de 2024. Em 2025, no segundo trimestre, a TD, na comparação com o trimestre anterior, registrou queda no RS, tendo passado de 5,3% para 4,3% (**Gráfico 7**). Tal redução da TD no estado deveu-se exclusivamente à retração da FT, uma vez que não houve aumento do contingente de ocupados. Nessa mesma base comparativa, o indicador também evidenciou redução em SC (de 3% para 2,2%), em SP (de 6,3% para 5,1%) e no país (de 7% para 5,8%); no PR, permaneceu estável (3,8%). Esse comportamento fez com que o RS, SC, SP e o país atingissem, no segundo trimestre de 2025, os menores níveis da TD em suas respectivas séries temporais. Quanto ao desempenho interanual do indicador, houve queda de 1,6 p.p. no RS, 1 p.p. em SC, 1,3 p.p. em SP e 1,1 p.p. no plano nacional; no PR, ocorreu estabilidade.

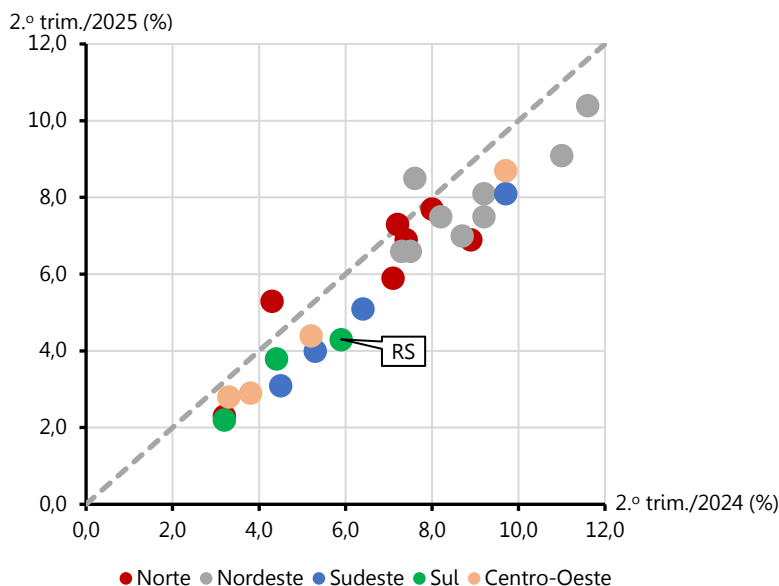
Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

Pode-se conhecer a evolução da posição relativa do nível da TD do RS, comparada à da totalidade das UF's, por meio do **Gráfico 8**, o qual contém esse indicador no segundo trimestre de 2024 e no de 2025. Nesse sentido, o RS detinha a décima menor TD no segundo trimestre de 2024, pois nove pontos se localizam à sua esquerda no gráfico de dispersão, que representam SC, PR, ES, MG, GO, MT, MS, TO e RO. Por sua vez, no segundo trimestre de 2025, o estado havia passado a ter a oitava menor TD: assim, se localizam abaixo de sua posição, no **Gráfico 8**, SC, PR, MT, MS, ES, MG e RO.

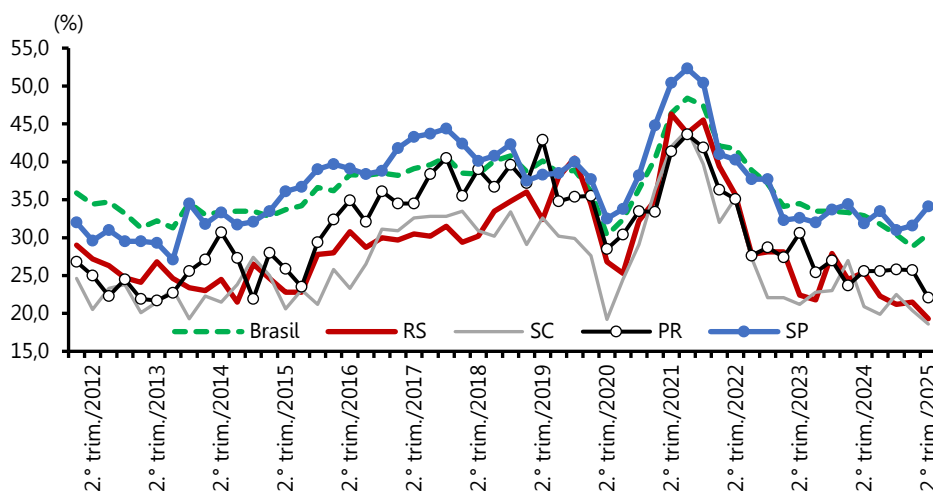
Gráfico 8 - Taxa de desocupação, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2024 e 2.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

Quanto ao tempo de procura por trabalho, a incidência da desocupação de longo prazo (IDL⁸) vinha em um processo de queda no RS, desde 2022, o qual teve uma interrupção circunstancial no segundo trimestre de 2024. De acordo com as evidências do segundo trimestre de 2025, o indicador, na referência comparativa interanual, voltou a registrar redução no estado, de 25,4% para 19,3%, em SC, de 20,9% para 18,6%, no PR, de 25,6% para 22,1%, e no país, de 32,9% para 30,5%, enquanto, em SP, se elevou de 31,9% para 34,1% (**Gráfico 9**). No caso dos três estados da Região Sul, a IDLP do segundo trimestre de 2025 passou a ser a menor das respectivas séries temporais da PNAD Contínua.

Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b, 2025d).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

⁸ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a **Incidência da Desocupação de Longo Prazo (IDL⁸)** corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

O contingente de desocupados também mostrou uma retração expressiva no RS e em suas referências comparativas selecionadas, no segundo trimestre de 2025, com exceção do PR (Tabela 4). Assim, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o trimestre anterior, o número absoluto de desocupados teve intensas variações negativas no RS (-18,5%), em SC (-26,9%), em SP (-18,3%) e no país (-17,4%), mantendo-se estável, todavia, no PR. Ao se cotejar esse contingente do segundo trimestre de 2025 com o do mesmo trimestre do ano anterior, a sua queda foi de 25,4% no RS (menos 91 mil desocupados), 30,3% em SC, 19,1% em SP e 15,4% no plano nacional; no PR, o contingente de desocupados se manteve estável, pois sua oscilação não tem significância estatística.

Tabela 4 - Contingente de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

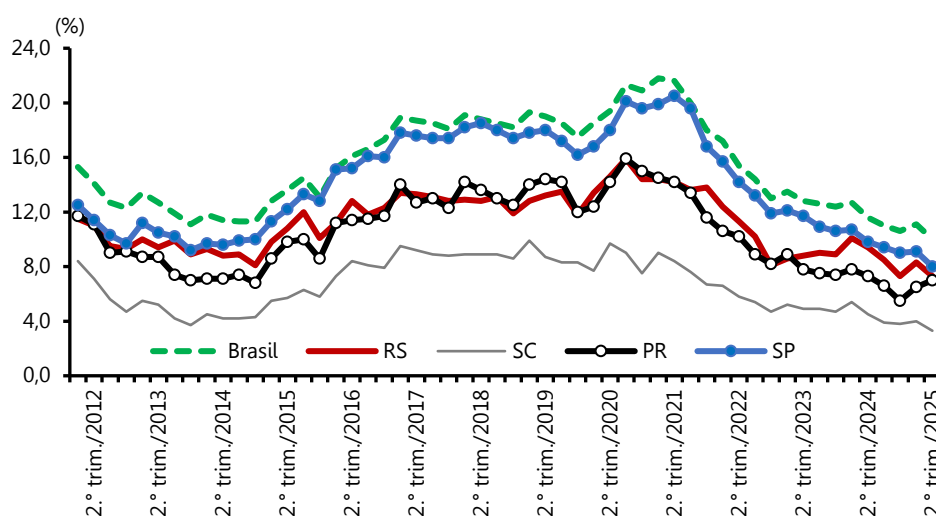
DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	2.º Trim./2022	2.º Trim./2023	2.º Trim./2024	1.º Trim./2025	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025 1.º Trim./2025	2.º Trim./2025 2.º Trim./2024
Brasil	12.797	12.979	14.572	9.895	8.468	7.388	7.566	6.253	(1) -17,4	(1) -15,4
RS	505	548	520	377	321	357	326	266	(1) -18,5	(1) -25,4
SC	247	283	239	170	153	145	139	101	(1) -26,9	(1) -30,3
PR	559	575	534	374	302	280	256	244	-4,8	-13,0
SP	3.310	3.176	3.561	2.356	1.977	1.629	1.614	1.319	(1) -18,3	(1) -19,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

Um indicador mais amplo de subutilização da FT da OIT (2013), a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS)⁹, no segundo trimestre de 2025, retomou o processo de queda, que havia sido, na margem, interrompido no trimestre anterior. Quando se compara a TCDS do segundo trimestre com a do primeiro trimestre de 2025, constata-se que o indicador evidenciou queda no RS (de 8,3% para 7,3%), em SC (de 4% para 3,3%), em SP (de 9,1% para 8%) e no país (de 11,1% para 10%); no PR, se manteve estável em 7% (Gráfico 10). No que diz respeito à comparação interanual, no segundo trimestre de 2025, a TCDS teve redução no RS (-2,1 p.p.), em SC (-1,2 p.p.), em SP (-1,8 p.p.) e no âmbito nacional (-1,6 p.p.), enquanto, no PR, permaneceu estável.

Gráfico 10 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

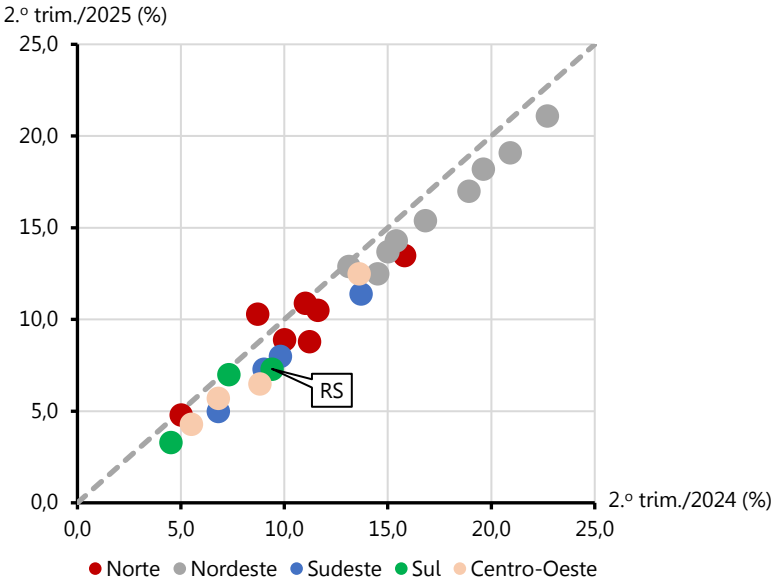
⁹ A Taxa Combinada de Desocupação e de Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas (TCDS) é assim obtida (OIT, 2013):

TCDS = [(Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas)/Força de Trabalho] x 100.

São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na PNAD Contínua, as pessoas que: (a) têm 14 anos ou mais de idade; (b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou em todos os seus trabalhos; (c) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e (d) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias contados a partir do primeiro dia da semana de referência (IBGE, 2016).

No que se refere à evolução da posição relativa do nível da TCDS do RS diante de todas as UFs, com base nos dados do **Gráfico 11**, essa pode ser assim descrita. O estado tinha, no segundo trimestre de 2024, a décima menor TCDS, pois existem nove pontos à sua esquerda no gráfico de dispersão, que correspondem a SC, PR, MT, MS, GO, ES, MG, RO e AC. Em termos evolutivos, no segundo trimestre de 2025, o RS havia avançado para a sétima menor TCDS: conforme se pode constatar, há seis pontos abaixo de sua posição no **Gráfico 11**, que representam os estados de SC, MT, MS, GO, ES e RO.

Gráfico 11 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2024 e 2.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

O número absoluto de pessoas medido pela TCDS registrou queda no RS, assim como em SC, em SP e no país, no segundo trimestre de 2025 (**Tabela 5**). Nesse trimestre, na margem, a retração do contingente de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas foi de 13,1% no RS, 19,3% em SC, 12,6% em SP e 9,8% no país; no PR, esse contingente se manteve estável. Na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, a intensidade da queda do número de pessoas medida pela TCDS foi de 21,6% no RS (menos 123 mil pessoas), 27,4% em SC, 17,8% em SP e de 12,5% no plano nacional. O contingente de pessoas medido por esse indicador, no segundo trimestre de 2025, foi o menor das séries temporais da PNAD Contínua no RS e em SP.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)								VARIÇÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	2.º Trim./2022	2.º Trim./2023	2.º Trim./2024	1.º Trim./2025	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2025	1.º Trim./2025	2.º Trim./2024
Brasil	20.079	18.534	22.076	16.353	13.510	12.407	12.034	10.856	(1) -9,8	(1) -12,5
RS	807	826	834	683	541	570	515	447	(1) -13,1	(1) -21,6
SC	350	382	341	248	210	204	184	149	(1) -19,3	(1) -27,4
PR	882	848	832	627	482	459	419	450	(1) 7,5	-1,9
SP	4.612	4.111	5.006	3.619	2.940	2.492	2.345	2.050	(1) -12,6	(1) -17,8

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

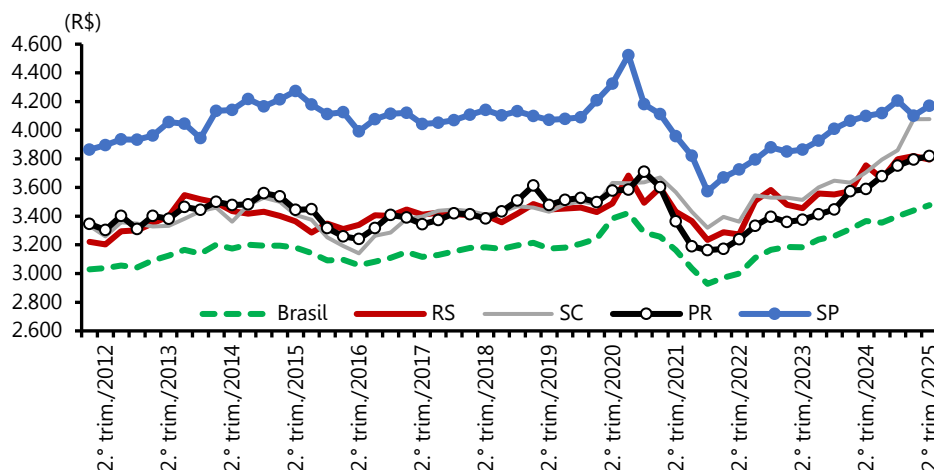
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

Após o processo de queda verificado em 2021, causado pela aceleração inflacionária e por uma mudança na estrutura ocupacional, o rendimento médio mensal real habitual dos ocupados mostrou uma tendência de recuperação, atingindo, no RS, no primeiro trimestre de 2025, o maior nível da sua série temporal (Boletim de Trabalho [...],

2025a). No segundo trimestre de 2025, na margem, esse indicador permaneceu estável no RS (R\$ 3.794), assim como em SC (R\$ 4.077), no PR (R\$ 3.820) e em SP (R\$ 4.170), enquanto, no país, evidenciou variação positiva de 1,1%, passando de R\$ 3.440 para R\$ 3.477 e se tornando o maior nível de sua série temporal (**Gráfico 12**). Na referência comparativa interanual, no segundo trimestre de 2025, o rendimento médio mensal real habitual também se manteve estável no RS e em SP e registrou variações positivas em SC (10%), no PR (6,4%) e no âmbito nacional (3,3%).

Gráfico 12 - Rendimento médio mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).

Nota: 1. Rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

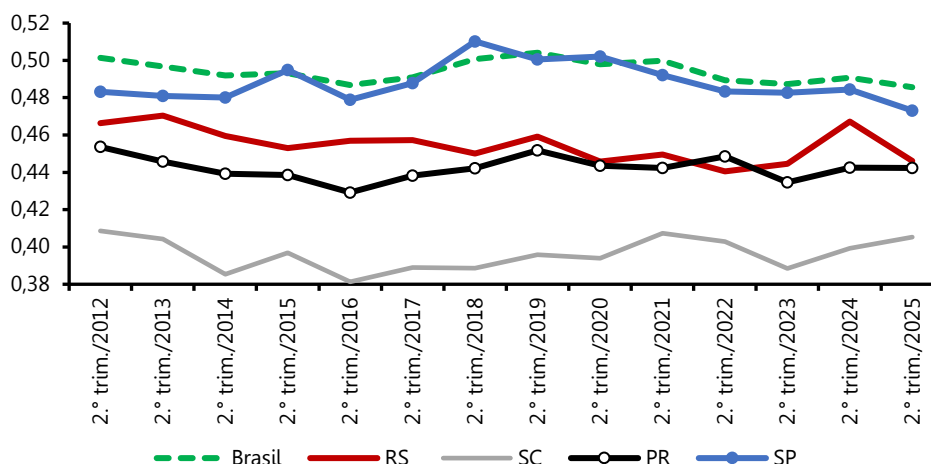
2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2025.

Quanto à desigualdade de rendimentos dos ocupados, a sua evolução recente pode ser conhecida por meio das evidências apresentadas no **Gráfico 13**. No RS, o coeficiente de Gini¹⁰ do rendimento mensal real habitual dos ocupados havia registrado um aumento da desigualdade na comparação do segundo trimestre de 2024 com o mesmo trimestre de 2023, fenômeno também identificado em SC, no PR e no país, ainda que com menor intensidade. Portanto, a calamidade climática que se verificou no estado, em maio de 2024, parece ter tido um impacto negativo sobre a desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho gaúcho. Já na comparação do segundo trimestre de 2025 com o segundo trimestre de 2024, esse coeficiente¹¹ registrou queda no RS, de 0,4673 para 0,4461, em SP, de 0,4843 para 0,4731, e no país, de 0,4907 para 0,4856; em SC, ocorreu aumento do indicador, de 0,3993 para 0,4052, enquanto, no PR, ele se manteve estável, em 0,4423.

¹⁰ O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que tem como limite inferior zero, que corresponde à perfeita igualdade da variável sob estudo, e como limite superior um, que corresponde à máxima desigualdade. A respeito dessa medida de desigualdade, ver Hoffmann, Botasio e Jesus (2019, capítulo 3).

¹¹ O coeficiente de Gini foi computado com o *software* R (versão 4.5.1) e os pacotes PNADclBGE (versão 0.7.5), Survey (versão 4.4.2) e Convey (versão 1.0.1). A respeito desses pacotes, ver Braga, Assunção e Hidalgo (2024), Lumley (2024) e Pessoa, Damico e Jacob (2024).

Gráfico 13 – Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados



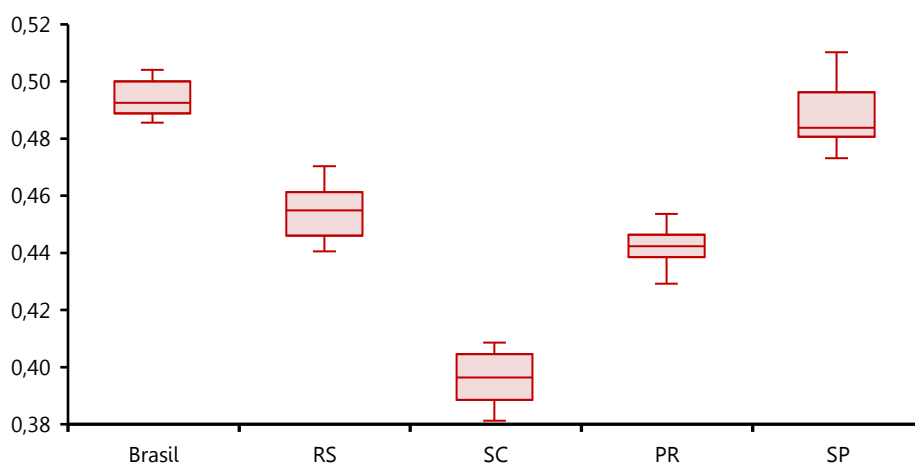
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da PNAD Contínua.

2. Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

Evidências complementares sobre a desigualdade de rendimentos dos ocupados são mostradas no **Gráfico 14**, o qual contém o *boxplot* do coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual do RS e de suas referências comparativas selecionadas, obtido com os segundos trimestres de 2012 a 2025. Essas evidências demonstram que, no período sob análise, a mediana do coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual — a linha horizontal que secciona o *boxplot* — do RS (0,4549) é inferior à de SP (0,4838) e à do país (0,4926), mas superior à de SC (0,3964) e à do PR (0,4424), o que vai ao encontro do que havia sido visto em termos de níveis de desigualdade no **Gráfico 13**. Também se ratifica que SP registrou o maior nível de desigualdade de rendimentos do período — no caso, o coeficiente de Gini de 0,5102 do segundo trimestre de 2018 —, e SC, o menor — o coeficiente de Gini de 0,3813 do segundo trimestre de 2016.

Gráfico 14 – Boxplot do coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 2.º trimestres 2012-2025



Fonte: PNAD Contínua (2025b).

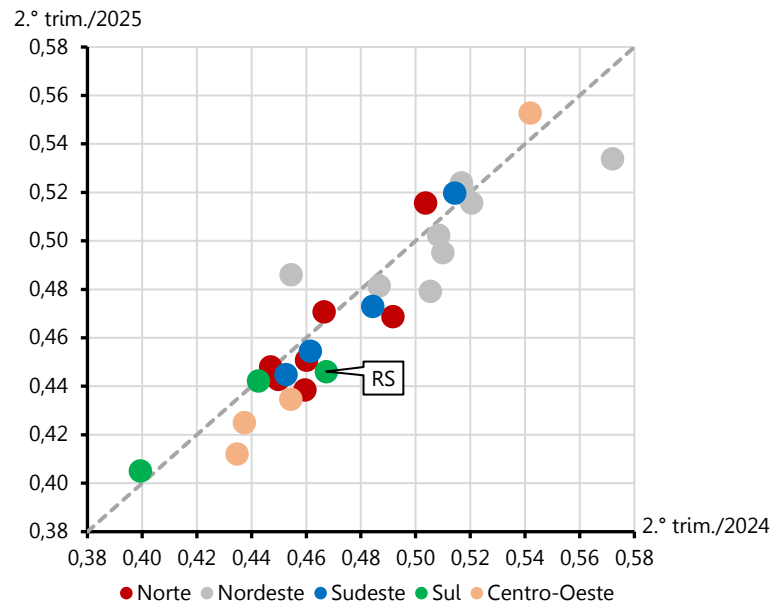
Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da PNAD Contínua.

2. Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

No que se refere à evolução da posição relativa do RS diante de todas as UFs em termos de nível de desigualdade de rendimentos dos ocupados, essa pode ser assim resumida (**Gráfico 15**). No segundo trimestre de 2024, o RS detinha o 14.º menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual, uma vez que há 13 pontos à sua esquerda no gráfico de dispersão, os quais correspondem aos estados de SC, PR, ES, MG, MT, MS, GO, RO, AC, AM, RR, TO e AL. Já no segundo trimestre de 2025, o estado havia melhorado sua posição, passando a deter o nono

menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual: abaixo de sua posição, no **Gráfico 15**, encontram-se SC, PR, MG, MS, MT, GO, RO e AC.

Gráfico 15 - Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2024 e 2.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).
Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da PNAD Contínua.
2. Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

Também no âmbito dos rendimentos dos ocupados, a massa de rendimento mensal real habitual no RS, no segundo trimestre de 2025, na margem, se manteve estável (R\$ 21,8 bilhões), assim como nos demais estados da Região Sul e em SP; no plano nacional, registrou crescimento de 2,9% (**Tabela 6**). Na comparação do segundo trimestre de 2025 com o mesmo trimestre de 2024, o indicador também se manteve estável no RS e em SP, enquanto, em SC, no PR e no país, mostrou variações positivas de 11,9%, 8,8% e 5,9% respectivamente. Como decorrência, no RS, foi interrompido um processo de quatro variações interanuais positivas consecutivas da massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados.

Tabela 6 - Massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	MONTANTE (R\$ milhões)								VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2024	Trim./2025	1.º Trim./2025	2.º Trim./2024
Brasil	287.082	273.233	271.196	283.797	303.813	331.500	341.310	351.190	(1) 2,9	(1) 5,9
RS	18.629	17.322	17.812	17.920	19.383	21.019	21.990	21.806	-0,8	3,7
SC	12.693	13.003	13.328	13.693	14.456	16.007	17.870	17.904	0,2	(1) 11,9
PR	18.915	18.936	17.607	18.420	19.587	21.390	23.141	23.271	0,6	(1) 8,8
SP	89.688	84.107	81.780	85.705	89.280	97.091	98.663	101.063	2,4	4,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025d).
Nota: 1. Massa de rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.
2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 2.º trim./2025.
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências apresentadas neste boletim mostraram que a taxa de participação na força de trabalho no RS, no segundo trimestre de 2025, teve queda na margem e se manteve estável em termos interanuais. Nessa última referência comparativa, o indicador também permaneceu estável nos demais estados da Região Sul e no estado de

SP, enquanto, no país, se elevou. Na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, o RS passou da sétima para a oitava maior taxa de participação na força de trabalho entre as 27 UFs.

O nível de ocupação permaneceu estável no RS, no segundo trimestre de 2025, tanto em relação ao trimestre anterior quanto em termos interanuais. Na referência comparativa interanual, também ficou estável em SC e no PR, e, em SP e no plano nacional, registrou aumento. Não obstante a estabilidade do indicador no RS, no segundo trimestre de 2025, na comparação interanual, o estado avançou do nono para o sétimo maior nível de ocupação entre todas as UFs.

Quanto à estrutura ocupacional, como foi mostrado, a taxa de informalidade se manteve estável no RS e no PR, no segundo trimestre de 2025. Na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, a taxa de informalidade registrou queda em SC, no PR e no âmbito nacional. Em relação à totalidade das UFs, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, o RS avançou da sexta para a quarta menor taxa de informalidade.

Ocorreu queda da taxa de desocupação no RS, assim como em SC, em SP e no país, no segundo trimestre de 2025, tanto na margem quanto na referência comparativa interanual, enquanto, no PR, o indicador se manteve estável. O RS, assim como SC, SP e o país, atingiram, no segundo trimestre de 2025, os menores níveis da taxa de desocupação de suas respectivas séries temporais. O estado, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, avançou da décima para a oitava menor taxa de desocupação entre todas as UFs.

A incidência da desocupação de longo prazo evidenciou queda no RS, nos demais estados da Região Sul e no país, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o mesmo trimestre do ano anterior, tendo, todavia, se elevado no estado de SP. No RS, em SC e no PR, no segundo trimestre de 2025, o indicador atingiu o menor nível das suas respectivas séries temporais.

O rendimento médio mensal real habitual dos ocupados no RS, no segundo trimestre de 2025, seja em relação ao trimestre anterior, seja em comparação com o mesmo trimestre de 2024, manteve-se estável. Na comparação interanual, permaneceu estável em SP e elevou-se em SC, no PR e no país.

No que diz respeito à desigualdade de rendimentos dos ocupados, o coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, mostrou queda no RS, em SP e no país, aumento em SC e estabilidade no PR. Ao se cotejar o nível de desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS com o de todas as UFs, foi revelado que o estado passou, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, do décimo quarto para o nono menor coeficiente de Gini.

Também no que diz respeito aos rendimentos dos ocupados, a massa de rendimento mensal real habitual ficou estável no RS, no segundo trimestre de 2025. Na comparação interanual, também permaneceu estável em SP, enquanto, em SC, no PR e no âmbito nacional, registrou variações positivas. No RS, foi interrompido, no segundo trimestre de 2025, um período de quatro variações interanuais positivas consecutivas da massa de rendimento mensal real habitual.

2 O EMPREGO FORMAL NO ESTADO E NO PAÍS

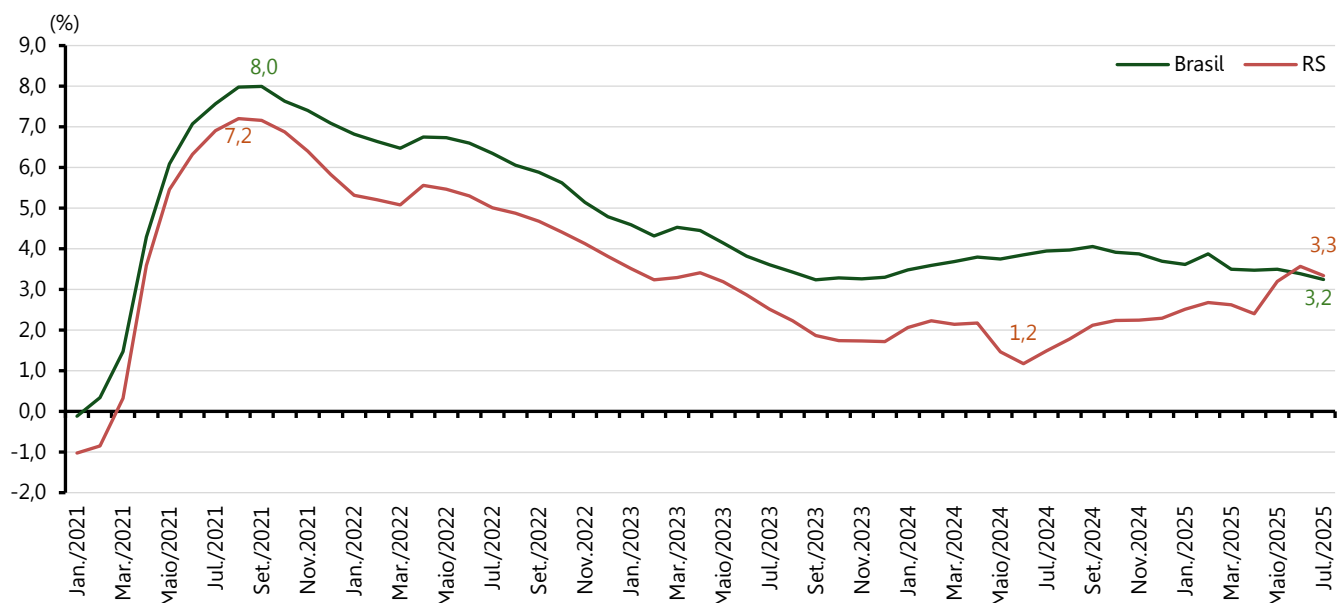
Segundo os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Rio Grande do Sul, ao final de julho de 2025, contabilizava 2,91 milhões de vínculos formais de emprego¹². Esse resultado configura uma expansão de 3,3% no contingente formalmente empregado relativamente ao mesmo período de 2024 — um total de 94 mil postos adicionais. Nesta seção do **Boletim**, abordam-se, primeiramente, o desempenho do mercado formal de trabalho gaúcho em uma perspectiva nacional, cotejando-o com as variações do emprego no agregado do país e nas outras 26 unidades da Federação (UFs). Na **subseção 2.1**, examinam-se os indicadores do Rio Grande do Sul segundo os cinco grandes agregados setoriais de atividade e, também, conforme as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas versão 2.0 (CNAE 2.0). A seguir, analisam-se algumas características sociodemográficas dos indivíduos, buscando-se apreender a dinâmica de absorção, pelo mercado formal de trabalho, de diferentes segmentos da população, com base nos saldos das movimentações (resultantes da subtração do número de demissões do número de admissões) pelas quais passaram no mercado formal de trabalho, ao longo dos últimos meses disponíveis. Nesse momento, tendo em vista que a plataforma de divulgação do Novo Caged não disponibiliza informações sobre a raça/cor dos indivíduos, recorre-se à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), outra base do MTE, para apresentar um panorama da distribuição do emprego formal sob esse ponto de vista. Por fim, comparam-se as variações do emprego formal em diferentes porções do território gaúcho, tomando-se, para isso, duas regionalizações: as nove Regiões Funcionais (RFs) e os 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). A seção termina com breves considerações finais.

2.1 O MERCADO FORMAL GAÚCHO NA PERSPECTIVA NACIONAL

No período de 12 meses que se encerrou com o último mês de julho, o número de vínculos formais de emprego, no Rio Grande do Sul, elevou-se em 94 mil, atingindo um patamar de 2,91 milhões. A variação percentual foi de 3,3%. Pela segunda vez ao longo da série do Novo Caged (a qual se inicia em janeiro de 2020), o crescimento relativo acumulado em 12 meses (cujo cômputo, portanto, principia em janeiro de 2021) foi mais elevado no estado do que no agregado do país, ainda que por uma diferença ínfima, de 0,1 ponto percentual (**Gráfico 16**). O país, entre julho do ano passado e julho de 2025, gerou 1,52 milhão de vínculos adicionais de emprego, o que significou uma expansão de 3,2%. Como se observa no gráfico, um diferencial na cadência de evolução do número de postos formais se estabeleceu mais claramente já no segundo semestre de 2021, mantendo-se expressivo ao longo da série, com especial severidade no momento do desastre climático que assolou o Rio Grande do Sul em maio de 2024 e no mês seguinte, que marca o ápice da defasagem da economia estadual na comparação com a nacional, do ponto de vista da geração de empregos. A partir de junho do ano passado, os percentuais de expansão do mercado formal de trabalho gaúcho tendem a convergir com os resultados do agregado nacional, reduzindo gradativamente sua desvantagem, ainda que com oscilações. Em junho último, pela primeira vez na série, o resultado anualizado no estado (3,6%) ultrapassou o do país (3,4%). O dado mais recente disponível, referente a julho, conforme foi visto, marcou uma pequena desaceleração em ambos os recortes territoriais (que registraram 3,3% e 3,2% de variação do emprego formal em 12 meses respectivamente), bem como uma maior aproximação dos resultados estadual e nacional.

¹² Nesse cadastro, assim como na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a unidade de medida do emprego formal é o número de **vínculos** de emprego, não o número de trabalhadores. Por brevidade e fluência, quando se utiliza, neste texto, a quantificação de “empregos”, “vagas”, “postos” ou “trabalhadores”, faz-se referência, na verdade, ao número de vínculos (e/ou a características de seus detentores), uma vez que um mesmo indivíduo pode ter mais de um vínculo formalizado de trabalho.

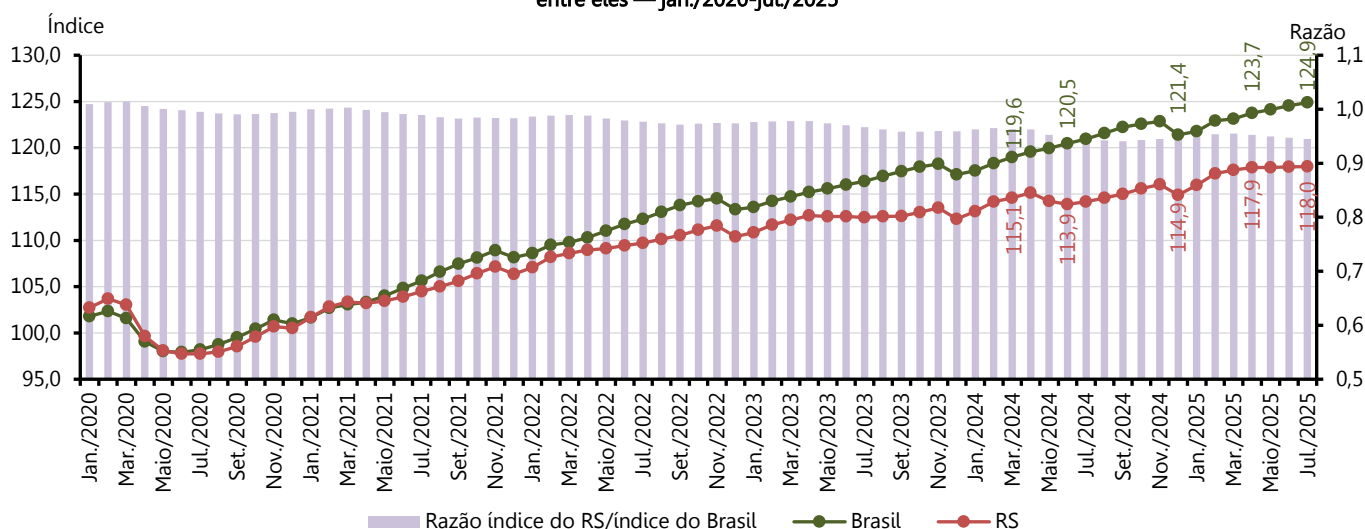
Gráfico 16 - Variação acumulada em 12 meses do número de vínculos formais de trabalho no Brasil e no RS — jan./2021-jul./2025



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Cotejando-se o desempenho do Rio Grande do Sul e o do agregado do Brasil com um outro tratamento da série de dados, podem-se matizar as evidências acima apresentadas. No **Gráfico 17**, apresentam-se os resultados mensais do contingente de empregados formais nos dois recortes territoriais, a partir de um número-índice que fixa como base (=100) a média aritmética dos estoques mensais de vínculos de emprego nos 12 meses de 2020. O que se observa — para além da tendência de longo prazo, já observada com o tratamento anterior dos indicadores, de consagração de um diferencial negativo do estado comparado com o agregado nacional — é que os resultados dos cinco meses mais recentes disponíveis (mar./2025-jul./2025), no Rio Grande do Sul, se encontram praticamente estagnados, quando se utiliza uma base fixa, ao contrário do que sugeriria o movimento da série com base móvel (últimos 12 meses). O Brasil, em contraste, sustenta uma linha ascendente claramente reconhecível. A razão que o **Gráfico 17** apresenta, em barras, entre o índice do país e o do estado explicita que o diferencial, em desfavor do Rio Grande do Sul, após se reduzir entre outubro de 2024 e março de 2025, voltou a se ampliar progressivamente nas últimas quatro observações (abr./2025-jul./2025).

Gráfico 17 - Índice do estoque de empregos formais no Brasil e no Rio Grande do Sul e razão entre eles — jan./2020-jul./2025



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Nota: A base do índice é a média dos estoques mensais de emprego de 2020, tomada como equivalente a 100.

De um lado, deve-se ter presente que esses índices mensais com base fixa podem induzir a distorções decorrentes da sazonalidade das atividades econômicas e do emprego em cada um dos recortes territoriais, razão pela qual costumam-se priorizar, nessa análise do mercado formal de trabalho, os indicadores anualizados. Ainda assim, deve-se ter presente que a melhora das variações em 12 meses que se observou na série do Rio Grande do Sul, em 2025, nos meses de maio a julho, responde, matematicamente, à comparação com meses excepcionalmente adversos para o mercado de trabalho estadual, em 2024, no contexto dos eventos climáticos extremos.

Como quer que seja, é digna de nota a evolução positiva da posição do Rio Grande do Sul no ordenamento das variações do emprego formal das 27 unidades da Federação (UFs), que regularmente merece registro neste boletim. Entre julho de 2024 e julho último, o estado ficou na 18.^a colocação, que representa a superação — resta ver se sustentada — de uma longa sequência de últimas ou penúltimas posições. Como se constata na **Tabela 7**, no intervalo de 12 meses imediatamente anterior (jul./2023-jul./2024), o mercado formal gaúcho encontrava-se em último lugar, com 1,5% de crescimento do emprego formal, metade do percentual do penúltimo colocado, o Maranhão. Influenciado, por certo, pela deprimida base de comparação, nos 12 meses mais recentes, o desempenho do estado posicionou-se em condição de igualdade com o do Paraná e superou o de Santa Catarina, o das quatro UFs do Sudeste, o do Mato Grosso, o de Rondônia e o do Mato Grosso do Sul.

No acumulado de cinco anos que a série do Novo Caged permite recortar, o Rio Grande do Sul mantém a pior posição no ordenamento, tendo expandido em 20,7% seu contingente de trabalhadores formalmente empregados, bem menos do que os 27,2% registrados no âmbito nacional e com considerável distância relativamente ao penúltimo colocado, São Paulo (24,2%).

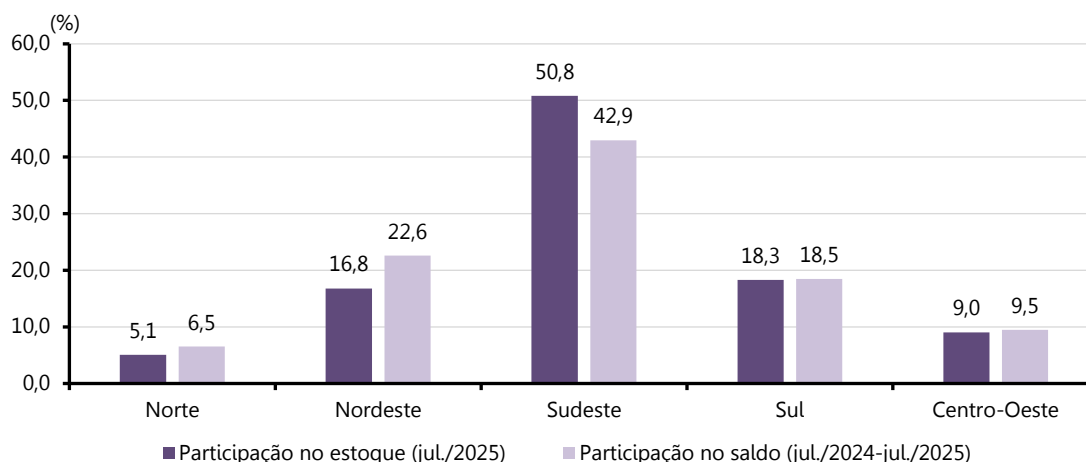
Tabela 7 - Estoque de vínculos formais de trabalho em jul./2025 e variações do emprego formal (jul./2020-jul./2025) no Brasil e nas unidades da Federação (UFs)

PAÍS E UFs	ESTOQUE EM JUL/25	VARIAÇÕES JULHO-JULHO		
		2025 2024	2024 2023	2025 2020
Brasil	48.544.646	3,2	3,9	27,2
Amapá	100.870	8,9	10,8	53,1
Roraima	85.520	6,6	7,2	55,0
Paraíba	526.271	5,5	6,4	36,1
Rio Grande do Norte	546.128	4,8	6,6	33,4
Amazonas	566.350	4,7	6,3	41,0
Sergipe	349.044	4,7	5,4	27,0
Bahia	2.215.189	4,6	4,0	32,8
Pernambuco	1.549.931	4,5	4,7	30,5
Piauí	377.667	4,4	4,9	32,2
Distrito Federal	1.041.820	4,4	4,3	27,8
Acre	114.393	4,1	6,7	39,7
Alagoas	460.553	4,0	5,6	34,6
Tocantins	267.904	4,0	4,5	35,3
Ceará	1.441.640	3,8	4,6	31,0
Pará	1.018.145	3,7	4,6	32,6
Maranhão	679.757	3,5	3,0	31,0
Goiás	1.645.152	3,4	3,8	31,4
Rio Grande do Sul	2.910.163	3,3	1,5	20,7
Paraná	3.321.347	3,3	4,3	26,3
Santa Catarina	2.651.679	3,1	4,3	29,0
Mato Grosso	995.536	3,0	4,4	33,3
Rondônia	303.796	2,9	4,2	28,7
São Paulo	14.707.464	2,8	3,6	24,2
Rio de Janeiro	3.947.758	2,8	4,6	25,3
Espírito Santo	927.504	2,6	3,7	30,2
Mato Grosso do Sul	697.024	2,5	3,4	28,9
Minas Gerais	5.062.158	2,3	3,3	25,6

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Conforme se constata, ainda na **Tabela 7**, os nove melhores resultados relativos observados entre julho do ano passado e o mesmo mês de 2025 concentraram-se nas Regiões Norte e Nordeste do país. Amapá (com 8,9% de expansão) e Roraima (com 6,6%) detiveram a liderança, na qual vêm tendo presença constante, quando se atualiza esse ordenamento, como este boletim tem feito. Minas Gerais, com a variação menos expressiva, registrou, ainda assim, 2,3% de crescimento. A agregação dos resultados segundo as grandes regiões do país ressalta a diferença entre as cadências de expansão do emprego formal no país (**Gráfico 18**).

Gráfico 18 – Distribuição do estoque de empregos formais do Brasil, em jul./2025, e do saldo de empregos (jul./2024-jul./2025) segundo as grandes regiões do Brasil



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Como se pode observar no **Gráfico 18**, enquanto a Região Sul, nos últimos 12 meses disponíveis, garantiu, no saldo de empregos formais adicionais que o Brasil gerou, uma participação praticamente idêntica à que detinha no estoque de todos os empregados com vínculo ativo, o Sudeste, que concentra pouco mais da metade do mercado formal de trabalho nacional, conquistou uma fatia bastante inferior, proporcionalmente (42,9%), dos novos postos. Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que juntos representam cerca de 31% do total de trabalhadores formais, sediaram 38,6% dos vínculos adicionais registrados no país, numa clara afirmação de um dinamismo positivamente diferenciado. A tendência é a mesma quando se toma o intervalo 2020-2025, que não será aqui explorado.

2.2 O MOVIMENTO DO EMPREGO FORMAL GAÚCHO SEGUNDO GRUPAMENTOS SETORIAIS E DIVISÕES SELECIONADAS DA CNAE 2.0

Quase metade das 94 mil vagas que o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul gerou, entre julho do ano passado e julho de 2025, concentrou-se nos serviços, cujo contingente aumentou em 46,9 mil trabalhadores formais no período. Foi também esse o grande grupamento setorial com mais elevada expansão relativa, a qual atingiu 3,9% (**Tabela 8**). A segunda colocação em número de vínculos adicionais coube à indústria, que agregou 21,5 mil novos empregados (aumento de 2,9%), enquanto a segunda maior variação percentual tocou à construção, que igualou o agregado dos setores no estado por esse quesito, elevando em 3,3% a sua força de trabalho formalmente ocupada (mais 4,5 mil vínculos). O resultado menos expressivo por ambos os critérios foi o da agropecuária — de resto, o setor com menor participação no estoque de empregados formais (3,4% do total do estado) —, que teve variação relativa de 1,4% e cujo saldo se limitou a 1,4 mil empregos adicionais.

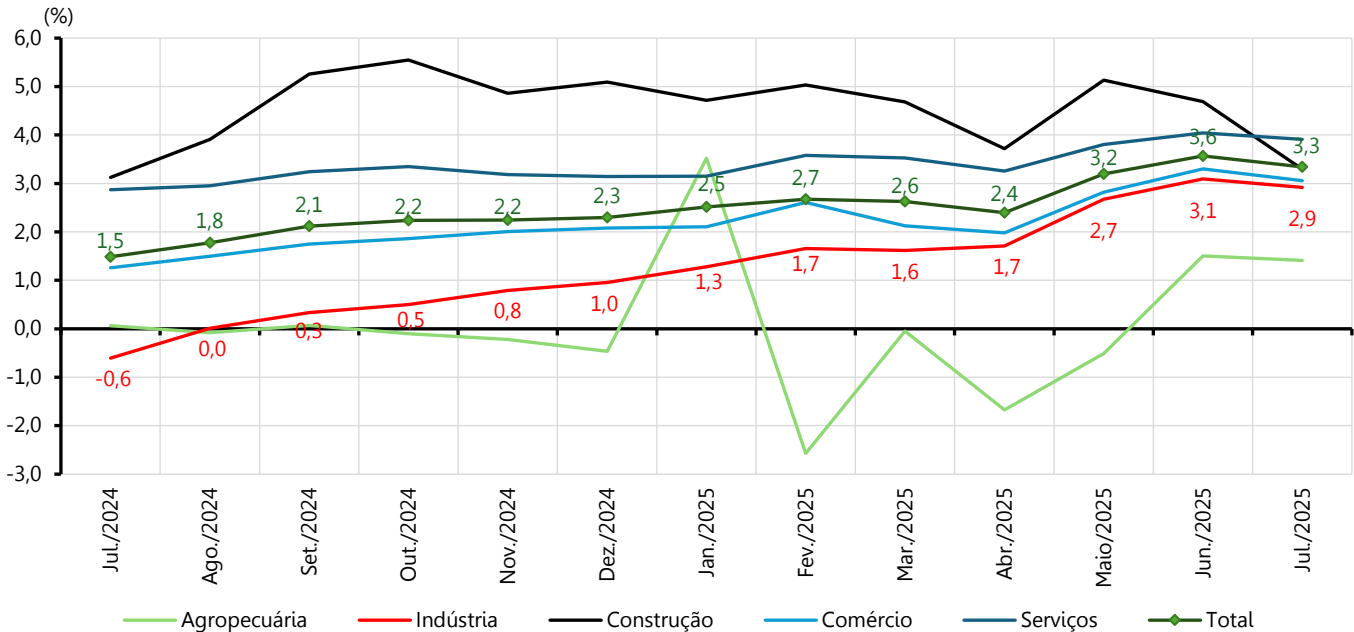
Tabela 8 - Estoques, variações e participação na formação do saldo do emprego formal, por grande grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — jul./2024-jul./2025

GRUPAMENTO	ESTOQUES		VARIÇÕES JUL/2024-JUL/2025		
	Jul./2025	Participação %	Crescimento Relativo (%)	Saldo	Participação % no Saldo
Agropecuária	98.167	3,4	1,4	1.367	1,5
Indústria	757.186	26,0	2,9	21.469	22,8
Construção	142.728	4,9	3,3	4.554	4,8
Comércio	665.897	22,9	3,1	19.741	21,0
Serviços	1.246.184	42,8	3,9	46.885	49,9
TOTAL	2.910.162	100,0	3,3	94.016	100,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

A análise das variações anualizadas mês a mês, entre julho do ano passado e julho de 2025, põe em destaque a grande oscilação da agropecuária, único setor a registrar resultados negativos em vários pontos da série (**Gráfico 19**). Afora esse, apenas a indústria computou uma única variação negativa em 12 meses, justamente no início da série (jul./2023- jul./2024), na sequência dos eventos climáticos extremos. A construção manteve a liderança nos percentuais de expansão, embora com tendência declinante, até junho de 2025, quando foi ultrapassada pelo setor serviços. Lembrando-se que os dados se referem às variações acumuladas em 12 meses, não carregando, portanto, sazonalidade, chama a atenção o comportamento tendencialmente convergente dos maiores setores (indústria, comércio e serviços), que tendem a intensificar seu crescimento paulatinamente, a despeito de algumas oscilações. Esse impulso parece se reforçar entre abril e junho últimos, mas perde claramente força e mostra reversões, com pequenos decréscimos nos cinco grandes grupamentos, no último resultado anualizado, aquele de julho de 2025, relativamente ao mês anterior. Vale ainda registrar que, dos três maiores empregadores, a indústria é a que parte de uma condição bastante diferenciada, negativamente, mas chega ao final dessa série bem mais afinada com o comércio e os serviços. Esse último, por sua vez, descontadas a construção e uma episódica “ultrapassagem” da (ainda menor) agropecuária, manteve sólida dianteira na dinamização do mercado formal de trabalho do Rio Grande do Sul, ao longo do período.

Gráfico 19 - Variações anualizadas do estoque de empregos formais, por grande grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — jul./2024-jul./2025/jul./2023-jul./2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Em uma desagregação setorial em divisões da CNAE 2.0, que permite uma apreensão mais fina do comportamento do emprego formal nas atividades econômicas, constata-se que, das 86 categorias que a classificação apresenta, em 70 delas, a variação do estoque de vínculos de emprego cresceu entre julho de 2024 e o mesmo mês deste ano. Na **Tabela 9** consolidam-se os resultados das atividades que se destacaram com os melhores e com os piores resultados, seja pelo critério absoluto, seja pelo relativo. Desconsideraram-se as divisões da CNAE 2.0 com estoques de empregados formais inferiores a mil trabalhadores em julho de 2025.

Tabela 9 - Estoques, variações e saldos do emprego formal, segundo divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — jul./2024-jul./2025

DIVISÃO CNAE 2.0	ESTOQUE EM JUL/2025	JUL/2024-JUL/2025	
		Saldo	Variação %
Comércio varejista	473.378	14.176	3,09
Atividades de atenção à saúde humana	189.613	8.142	4,49
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	78.008	6.940	9,77
Fabricação de produtos alimentícios	155.290	6.788	4,57
Fabricação de máquinas e equipamentos	76.046	5.081	7,16
Fabricação de produtos do fumo	14.194	3.986	39,05
Serviços especializados para construção	62.287	3.760	6,42
Transporte terrestre	133.162	3.704	2,86
Publicidade e pesquisa de mercado	12.505	3.473	38,45
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	81.687	3.182	4,05
Alojamento	18.044	1.573	9,55
Captação, tratamento e distribuição de água	5.581	1.175	26,67
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	4.076	782	23,74
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	8.370	732	9,58
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	4.358	431	10,98
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	1.096	415	60,94
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2.212	342	18,29
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	1.246	316	33,98
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.749	218	8,61
Transporte aquaviário	1.385	112	8,80
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão	1.375	-58	-4,05
Edição e edição integrada à impressão	3.833	-159	-3,98
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	17.486	-444	-2,48
Correio e outras atividades de entrega	7.856	-542	-6,45
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	46.547	-748	-1,58
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	95.324	-1.835	-1,89
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2.287	-3.585	-61,05

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Nota: Selecionadas as divisões da CNAE 2.0 com as variações e/ou os saldos mais elevados e menos elevados. Foram desconsideradas as divisões com menos de 1.000 vínculos formais em julho de 2025.

Quando se considera o número de vagas geradas no mercado formal gaúcho, nos últimos 12 meses disponíveis da série do Novo Caged, os destaques ficam com duas divisões da CNAE 2.0 de grande expressão na estrutura do emprego, o comércio varejista (14,2 mil postos adicionais) e as atividades de atenção à saúde humana (8,1 mil). No primeiro desses casos, a variação relativa do estoque de empregados ficou abaixo daquela do agregado do mercado formal gaúcho (3,1% *versus* 3,3%), podendo-se creditar a relevância do saldo absoluto à dimensão do setor na estrutura ocupacional. Já no caso dos serviços de saúde, o percentual de expansão foi mais elevado, de 4,5%. O terceiro maior número de empregos foi registrado nos serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas (6,9 mil), e aqui a variação relativa já avança para 9,8%. Seguem-se, pelo critério do saldo absoluto, três atividades industriais: a fabricação de produtos alimentícios (6,8 mil), de máquinas e equipamentos (5,1 mil) e de fumo (4 mil).

Essa última atividade, que detinha 14 mil empregados em julho último, destacou-se fortemente no ordenamento das variações relativas, com uma expansão de 39,1%, a segunda mais intensa, superada apenas pelos 61% das atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental. Registre-se que essa última divisão da CNAE apresentava um contingente de apenas 1,1 mil vínculos formais no estado, em julho último (após incorporar, portanto, 415 novos

empregados ao longo dos 12 meses analisados), pouco mais do que o patamar aqui tomado como mínimo para ser considerada. Com um contingente mais robusto (12,5 mil) e uma variação próxima à da indústria do fumo, a terceira colocada foi publicidade e pesquisa de mercado (38,5% de expansão, saldo de 3,5 mil postos adicionais).

No quadrante dos resultados negativos, distingue-se uma divisão da CNAE assídua nesses ordenamentos de atividades econômicas, ora como destaque positivo, ora como negativo: a fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores — que, no Rio Grande do Sul, se concentra quase exclusivamente na produção de embarcações na Região Sul do Estado — teve a pior variação percentual (-61,1%) e o maior decréscimo de contingente (-3,6 mil empregos) entre julho de 2024 e julho deste ano. O segundo maior volume de perdas de postos (-1,8 mil) ocorreu no segmento industrial coureiro-calçadista, cujo contingente recuou 1,9%.

Na sequência dos piores resultados relativos, a segunda colocada é a divisão correios e outras atividades de entregas, com -6,5%, uma redução de 542 trabalhadores.

2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES

Nesta subseção, como tradicionalmente se tem feito no **Boletim**, calculam-se os saldos das movimentações do mercado formal (admissões menos desligamentos) segundo atributos dos trabalhadores, buscando identificar padrões de diferenciação no acesso de diferentes segmentos da população aos postos adicionais gerados nessa sequência de expansões dos vínculos formais de emprego que caracteriza a série do Novo Caged, a despeito de oscilações conjunturais.

Esses padrões vêm se mostrando bastante nítidos e duradouros, como o acompanhamento regular dos indicadores vem plasmando a cada trimestre. Como se observa na **Tabela 10**, um primeiro aspecto que chama a atenção é a predominância das mulheres na formação dos saldos de emprego. Uma vez mais, no resultado anualizado — desta vez, de julho de 2024 a julho de 2025 —, o saldo das movimentações das trabalhadoras representou a maior parte (58,7%) do resultado total, tocando aos homens os restantes 41,3%. Em números absolutos, 55,2 mil dos 94 mil postos adicionais gerados no Rio Grande do Sul foram ocupados pela força de trabalho feminina, contra 38,8 mil da masculina. Essa é uma configuração que contrasta — e, potencialmente, opera no sentido de aprofundar a reversão — da histórica predominância dos homens no conjunto dos empregados formais do estado. Ao final de 2023, segundo a RAIS, sua participação nesse segmento do mercado de trabalho era de 52,6% *versus* 47,4% das mulheres.

Um segundo fenômeno bastante claro no padrão de expansão do emprego formal gaúcho é a hipertrofiada participação dos indivíduos mais jovens na formação dos saldos. Apenas a categoria de trabalhadores menores de idade respondeu por um terço das vagas geradas no mercado gaúcho nos últimos 12 meses disponíveis. Foram 31,6 mil admissões a mais do que as demissões nessa faixa etária (Tabela 10). O intervalo seguinte, dos indivíduos entre 18 e 24 anos, carrou 59% do saldo total, concentrando 55,5 mil postos adicionais. Desse modo, 92,6% do emprego gerado em um ano, no estado, destinou-se a indivíduos com menos de 25 anos. Para se ter um parâmetro, a RAIS de 2023, última disponível, mostra que, do total de trabalhadores em atividade ao final daquele ano, no RS, apenas 14,8% eram indivíduos nesse recorte etário que agrega os mais jovens, o que ressalta a magnitude da sobre-representação que essa categoria social vem adquirindo na ocupação das vagas formais geradas pela economia gaúcha.

Quando se avança da base ao topo, na pirâmide etária, constata-se que o Novo Caged indica saldos positivos para as três faixas que, conjuntamente, abarcam os trabalhadores de 25 a 49 anos. A esse grande recorte demográfico tocaram 18,9% do saldo positivo dos 12 meses analisados (um total de 17,7 mil vínculos adicionais do total de 94 mil). Aqui, inversamente, é a sub-representação que se explicita inequivocamente: na RAIS de 2023, sua participação era de nada menos que 64% — vale dizer, dois terços do total de trabalhadores com vínculos formais ativos ao final daquele ano. Por fim, entre julho de 2024 e o mesmo mês deste ano, registram-se saldos negativos nas faixas etárias de 50 a 64 anos (-6,7 mil vínculos) e de 65 ou mais (-4,4 mil), ao passo que seu peso relativo na distribuição dos ocupados, segundo a RAIS de 2023, atingia 21%.

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de jul./2024-jul./2025 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2023, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED		RAIS (31/12/2023)	
	Saldo em Jul./2024-Jul./2025	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque	Estoque em Dez./2023
Sexo (total)	94.017	100,0	100,0	3.220.568
Homens	38.829	41,3	52,6	1.695.372
Mulheres	55.188	58,7	47,4	1.525.196
Escolaridade (total)	94.017	100,0	100,0	3.220.568
Analfabeto	497	0,5	0,2	7.382
Fundamental incompleto	7.797	8,3	9,2	296.954
Fundamental completo	3.518	3,7	8,3	265.781
Médio incompleto	18.987	20,2	7,5	241.631
Médio completo	58.824	62,6	47,0	1.515.265
Superior incompleto	3.321	3,5	6,3	202.209
Superior completo	1.073	1,1	21,5	691.346
Faixa etária (total)	94.017	100,0	(1) 99,8	3.213.608
Menos de 18 anos	31.593	33,6	1,3	42.449
De 18 a 24 anos	55.461	59,0	13,4	432.767
De 25 a 29 anos	7.597	8,1	13,0	420.205
De 30 a 39 anos	4.194	4,5	26,5	854.458
De 40 a 49 anos	5.947	6,3	24,4	786.249
De 50 a 64 anos	-6.652	-7,1	18,8	607.014
65 ou mais	-4.123	-4,4	2,2	70.466

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

RAIS (Brasil, 2024).

(1) O total dos empregados da RAIS de 2023 segundo idade não equivale a 100% devido a registros com idade não identificada.

No que diz respeito à escolaridade dos trabalhadores, reencontra-se a tendência que vem sendo apontada recorrentemente nesta publicação, a saber: uma sobrerrepresentação dos trabalhadores com ensino médio completo e, em menor medida, com ensino médio incompleto, na formação dos saldos do emprego formal (82,8% do total, conjuntamente, entre julho de 2024 e julho de 2025, *versus* 54,6% na distribuição do total de vínculos formais do final de 2023). Essa predominância ocorre em detrimento tanto dos indivíduos menos escolarizados quanto daqueles que chegaram a ingressar no ensino superior. Enquanto os trabalhadores graduados representavam 21,5% do estoque da RAIS de 2023, sua participação no saldo dos últimos 12 meses disponíveis, segundo o Novo Caged, restringiu-se a 1,1%. No caso dos empregados com ensino superior incompleto, sua representatividade na estrutura ocupacional era bem menor (6,3%) e sua participação no saldo (3,5%) apresentou uma discrepância menos extrema.

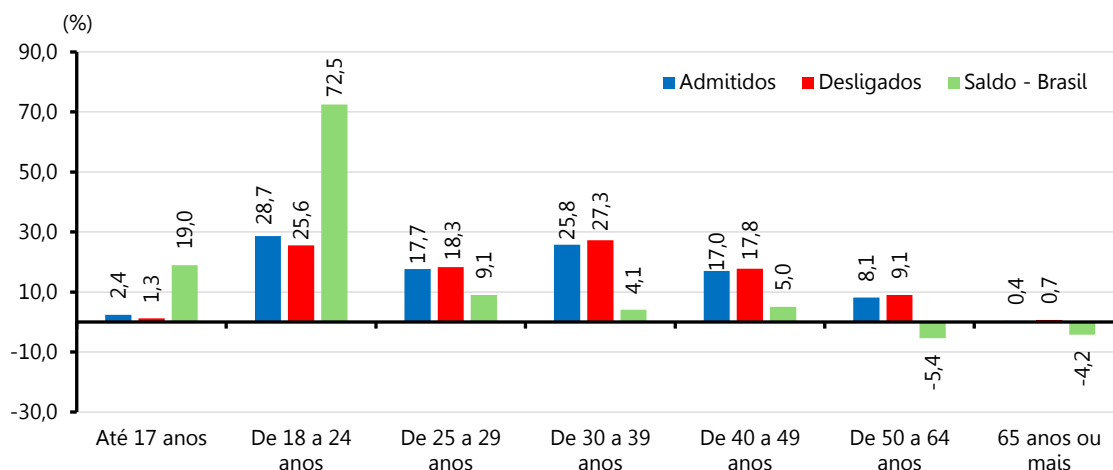
Como sempre se procura fazer ao tratar da variável idade, adverte-se para a imprecisão do Novo Caged como fonte para a captação das tendências de evolução dos coletivos em atividade no mercado formal de trabalho quanto a esse quesito, uma vez que a base estatística considera e registra apenas admissões e desligamentos, que não apreendem a contínua progressão das idades dos indivíduos que permaneceram em um mesmo vínculo empregatício. Ademais, ao se considerarem os desligamentos, não se deve incorrer na natural tendência de tomá-los como equivalentes a demissões. Os desligamentos compreendem aposentadorias, mortes, transferências, entre outras causas, para além das demissões, que, por sua vez, desdobram-se entre aquelas com justa causa, sem justa causa e voluntárias, quando solicitadas pelo trabalhador. Ainda assim, a magnitude dos contrastes entre as participações dos segmentos etários na distribuição dos trabalhadores em atividade, indicada pela RAIS, e aquelas obtidas na expansão do emprego, apurada pelo Novo Caged, é de tal monta que torna bastante robusta a sugestão de um viés de seleção no acesso ao mercado formal de trabalho do estado em “favor” dos segmentos muito jovens.

Essa impressão se reforça quando se comparam as distribuições etárias dos saldos do emprego formal, captados com base no Novo Caged, no Rio Grande do Sul e no agregado do Brasil. Em um exercício que tomou os saldos consolidados de 2024, nessa base estatística, apresentam-se a seguir as distribuições, por faixa etária, do total de admissões e desligamentos e os saldos nos mercados formais de trabalho dos dois recortes territoriais. O cotejo

entre os **Gráficos 20** e **21** indica que o padrão de seletividade em favor da contratação dos trabalhadores muito jovens pode ser reconhecido tanto no nível estadual quanto no nacional, mas é marcadamente mais acentuado no Rio Grande do Sul, justamente um estado que se caracteriza por ter iniciado a transição demográfica consideravelmente mais cedo do que o país e por ter hoje uma população mais envelhecida, relativamente.

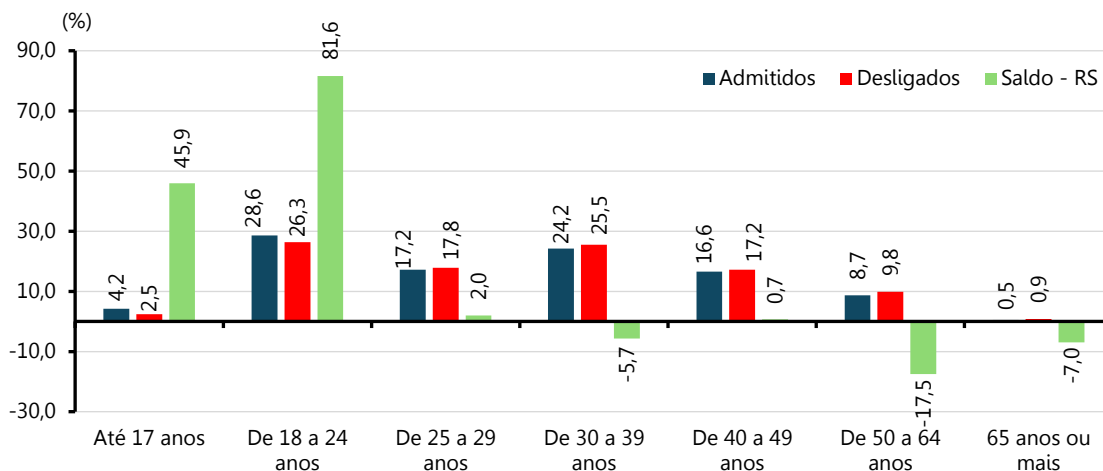
A mais impactante diferença se encontra justamente na faixa dos menores de idade, que responderam por 45,9% do saldo de empregos gerado no mercado formal gaúcho, em 2024, mais do que o dobro dos 19% que esse segmento representou do saldo nacional. No recorte dos 18 aos 24 anos de idade, o contraste é menor, mas, uma vez mais, o resultado do RS supera em muito o do agregado do Brasil (81,6% *versus* 72,5%). Todas as faixas etárias seguintes conquistam maior representatividade na formação do saldo do país do que se verifica no estado: no RS, o segmento de 30 a 39 anos chega a apresentar resultado negativo, contribuindo negativamente para o saldo (-5,7% do total), enquanto, no Brasil, logra um aporte na expansão, de 4,1%. Nas duas últimas faixas etárias, as participações são negativas em ambos os espaços, mas, nacionalmente, tomadas em conjunto, elas perdem um contingente que equivale a -9,6% do saldo agregado, enquanto, no mercado gaúcho, essa participação atinge -24,5%.

Gráfico 20 - Participações das faixas etárias nos totais de admissões, desligamentos e saldos do emprego formal do Brasil — 2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Gráfico 21- Participações das faixas etárias nos totais de admissões, desligamentos e saldos do emprego formal do Rio Grande do Sul — 2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Nessa perspectiva de aproximações sucessivas, considera-se que a temática do padrão etário das contratações e dos desligamentos no mercado formal de trabalho do estado segue a merecer investigações que a vinculem ao perfil empresarial dos empregadores, a parâmetros institucionais — como programas de estágio e de aprendizado, por exemplo — e aos efeitos que provoca, como no caso dos patamares de remuneração e de formação profissional, entre tantos pontos de interesse analítico. Este boletim seguirá contemplando esse esforço.

Por fim, buscando-se iniciar, neste boletim, a partir desta edição, a análise dos resultados do emprego formal no estado também pelo critério de raça/cor dos trabalhadores, acessível no Novo Caged apenas por meio dos microdados, traz-se um breve panorama da distribuição dos vínculos no mercado formal de trabalho clivados por essa variável, ao final de 2024. A fonte, nesse caso, é a RAIS Preliminar referente a 2024, cujos resultados se encontram disponíveis há alguns meses¹³.

Tabela 11 - Estoques e distribuição dos trabalhadores formais em 2024 e distribuição da população de 14 anos ou mais em 2022, segundo a raça/cor, no Rio Grande do Sul

RAÇA/COR	RAIS PRELIMINAR 2024			CENSO 2022
	Estoque	Distribuição %		Distribuição % (3)
		Sobre o total de registros (1)	Sem os trabalhadores não classificados (2)	
Branca	2.072.785	74,8	81,8	79,1
Parda	278.114	10,0	11,0	13,9
Preta	170.569	6,2	6,7	6,7
Amarela	6.924	0,2	0,3	0,1
Indígena	6.222	0,2	0,2	0,3
Não identificada	238.003	8,6	-	-
TOTAL	2.772.617	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS 2024 Preliminar (Brasil, 2025).

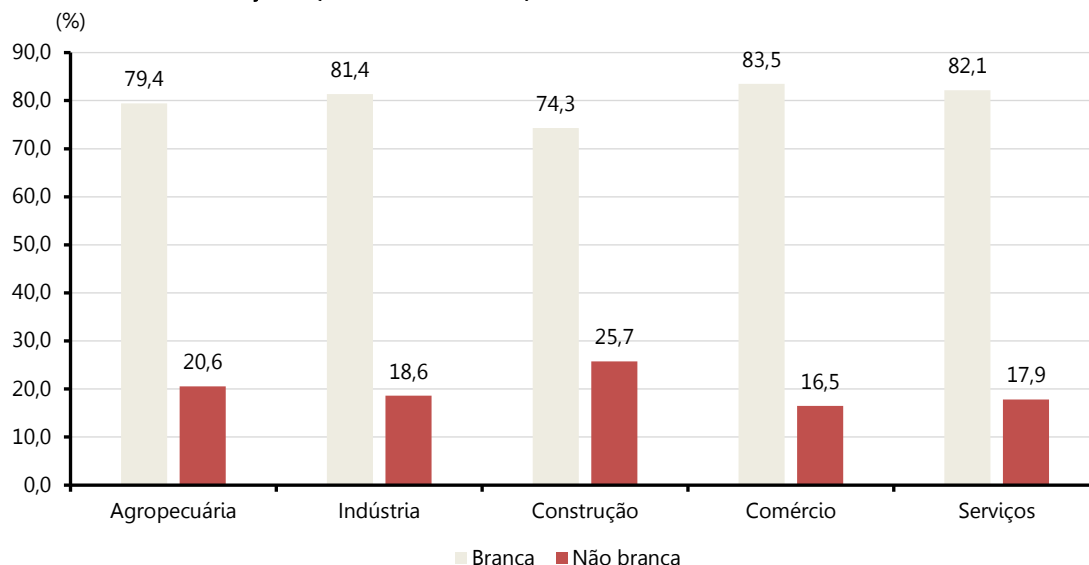
Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2025c).

(1) Participação calculada sobre o total de registros, incluídos aqueles com raça/cor não identificada. (2) Retira do total os trabalhadores não classificados para o cômputo das participações. (3) População com 14 anos ou mais.

A população em idade de trabalhar, no estado, era composta, em sua ampla maioria (79,1%), por pessoas brancas. Já a proporção de brancos no emprego formal captada pela RAIS de 2024 era inferior (74,8%) quando se considera o total de vínculos, mas elevava-se para 81,8% ao se desconsiderar o conjunto de trabalhadores para os quais a raça/cor não foi identificada (que perfaz elevados 8,6% do total). Os pardos, 13,9% da população com 14 anos ou mais, em 2022, limitavam-se a 11% dos empregados formais com raça/cor identificada, ou 10% do total. A população preta (6,7%) obtinha idêntica participação no emprego formal com raça/cor identificada e 6,2% do número total. Amarelos e indígenas detinham parcelas residuais nas três distribuições, mas os primeiros encontravam maior representatividade no emprego formal relativamente ao seu peso na demografia do estado, ao contrário do que ocorria com os segundos. De modo geral, as discrepâncias identificadas por esse procedimento aproximativo não se demonstraram especialmente agudas.

¹³ Até aqui, deu-se preferência à utilização da RAIS de 2023 sempre que essa base estatística se fez oportuna para apoiar a análise dos resultados do Novo Caged, devido ao fato de ser a edição mais recente a contemplar o universo dos empregados. A RAIS Preliminar de 2024 ainda não traz as informações prestadas por todos os empregadores, e sua cobertura ainda tem lacunas com potencial de distorção. Em especial, as informações referentes à administração pública, setor que possui um peso importante na estrutura ocupacional do estado (14,6%, em 2023), ainda são muito escassas na edição preliminar de 2024 (0,06% — vale dizer, ainda não foram incorporadas). Além da considerável participação desse setor no estoque de empregos, a natureza das relações de trabalho e a institucionalidade que cercam o ingresso e a permanência nos vínculos de trabalho que o compõem particularizam fortemente o perfil de sua força de trabalho. Ainda assim, a edição de 2024 da RAIS é a primeira que incorpora a variável raça/cor à plataforma de divulgação da pesquisa no bojo do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) do MTE, razão pela qual ela é aqui utilizada, feitas as advertências.

Gráfico 22 - Distribuição dos empregados formais cuja raça/cor foi identificada, por grande grupamento setorial e raça/cor (branca ou não branca) no Rio Grande do Sul — 31.12.2024



Fonte: RAIS 2024 Preliminar (Brasil, 2025).

Como evidencia o **Gráfico 22**, a participação dos não brancos na distribuição dos vínculos formais de trabalho atinge seus maiores resultados na construção (25,7%) e, a seguir, na agropecuária (20,6%). Sua presença encontra o mais baixo percentual no comércio (16,5%). Em todos os grandes grupamentos, excetuada a construção, a participação dos indivíduos de raça/cor branca é superior ao percentual que eles detêm na distribuição da população em idade de trabalhar do estado. Pelo critério das remunerações médias, conforme aferidas pela RAIS de 2024, os brancos ostentam uma inserção significativamente mais favorável no mercado formal de trabalho do estado, quando comparados aos indivíduos das raças/cores parda e, sobretudo, preta. As maiores distâncias se encontram em serviços, setor em que os rendimentos dos empregados de raça/cor preta são cerca de 30% inferiores aos dos brancos; os pardos, por sua vez, percebem 23,6% menos do que os brancos. As menores discrepâncias — e a única observação em que um segmento não branco (pardos) ostenta remuneração média ligeiramente superior à dos brancos — encontram-se no setor da construção, seguido pela agropecuária. Nesses setores, assim como no comércio, as remunerações médias, para todos os trabalhadores, são consideravelmente inferiores às da indústria e dos serviços.

Tabela 12 - Relação entre as remunerações médias dos trabalhadores formais de raça/cor branca, parda e preta, segundo o grande grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — 31.12.2024

	(%)		
GRUPAMENTO	BRANCA	PARDA	PRETA
Agropecuária	100,0	83,6	83,6
Indústria	100,0	78,9	74,4
Construção	100,0	100,7	87,8
Comércio	100,0	84,5	78,8
Serviços	100,0	76,4	70,4

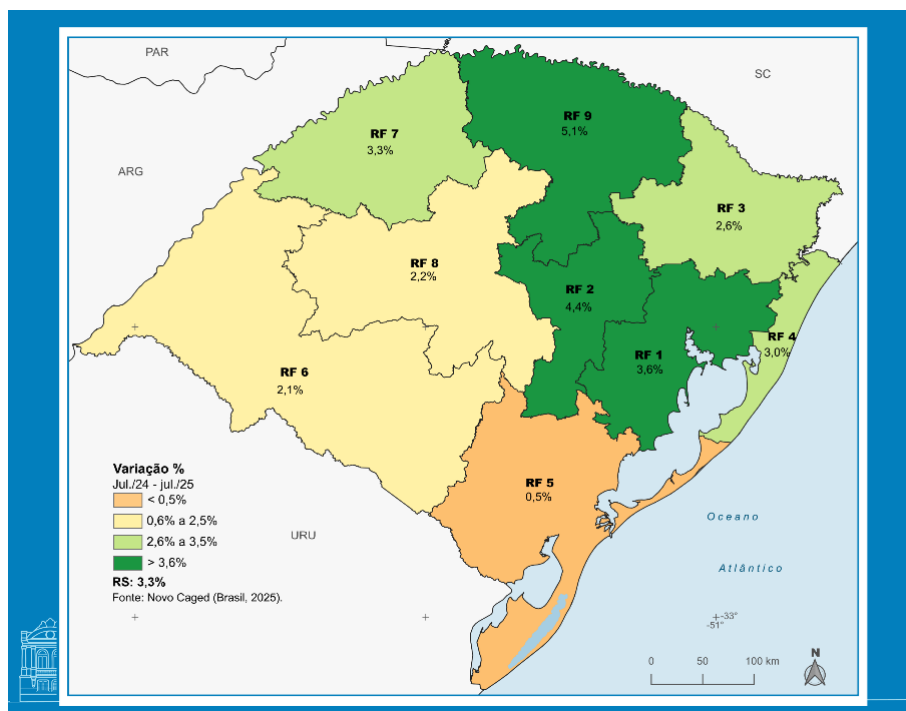
Fonte: RAIS 2024 Preliminar (Brasil, 2025).

2.4 A DIVERSIDADE REGIONAL NO MERCADO DE TRABALHO DO RS — RFs e COREDES

Quando se consideram os resultados obtidos pelo Rio Grande do Sul na série de 12 meses entre julho do ano passado e julho último, é importante não perder de vista a heterogeneidade dos desempenhos dos mercados de trabalho formal das diferentes porções do território gaúcho. Nesse período, a dispersão dos percentuais de variação do emprego foi especialmente acentuada. Considerando-se, inicialmente, as nove RFs, o crescimento foi verificado em todas, mas com intensidades que se distribuíram entre apenas 0,5% na RF 5 (Sul do estado) e o décuplo disso,

5,1% na RF 9 (Norte). Na sequência dos maiores percentuais de variação, situaram-se a RF 2 (Vales) e a RF 1 (Metropolitana), ambas, possivelmente, beneficiárias do efeito matemático da baixa base de comparação, uma vez que foram especialmente atingidas pelos eventos climáticos extremos de maio de 2024, cujos efeitos se estenderam pelos meses seguintes, mas também do aporte de investimentos em reconstrução que se seguiram ao desastre (**Mapa 1**).

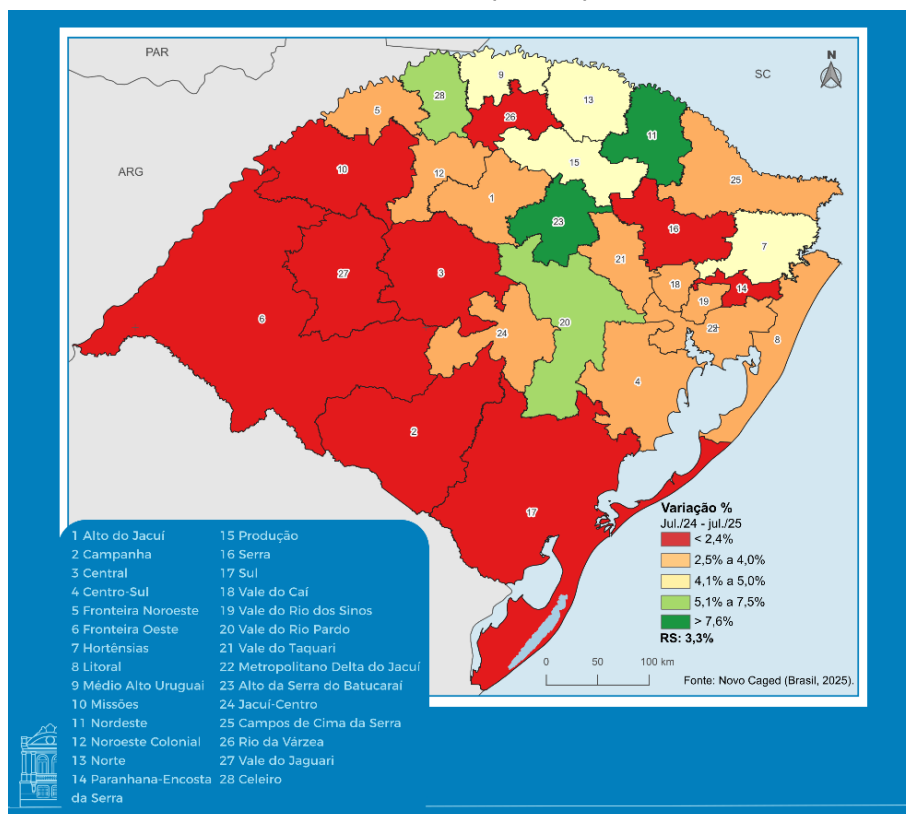
Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jul./2024-jul./2025



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Combinando-se a divisão do estado em RFs com a regionalização em 28 Coredes, constata-se que, na RF 9, os percentuais mais expressivos de crescimento, no período jul./24-jul./25, verificaram-se nos Conselhos Alto da Serra do Botucaraí (10,4%, o maior entre os 28 Conselhos) e Nordeste (7,7%), que também é o segundo mais elevado de todo o estado, e não somente da Região Funcional (**Mapa 2**). Passo Fundo (Corede Produção) e Erechim (Corede Norte), os maiores municípios da RF 9, contribuíram com os maiores saldos (3,8 mil e 2,1 mil vínculos adicionais respectivamente) e ostentaram variações percentuais destacáveis, acima da média da RF (5,1% e 5,4%) respectivamente. Com aportes expressivos e crescimentos relativos excepcionais, merecem ainda destaque dois municípios de menor porte populacional, localizados na RF 9: Sananduva (Corede Nordeste), cujo saldo foi de 1,5 mil postos, concentrados na indústria de alimentos, com uma variação de 41,2%, e Soledade (Corede Alto da Serra do Botucaraí), com 1,4 mil empregos adicionais (em que a construção representou quase metade, mas que também envolveram serviços e a indústria de produtos alimentícios) e 20,1% de crescimento.

Mapa 2 - Variação do emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Rio Grande do Sul — jul./2024-jul./2025



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

A RF 2, por sua vez, é composta por dois Coredes, que tiveram, no período jul./2024-jul./2025, desempenhos bastante diferenciados: o Vale do Rio Pardo atingiu uma variação do emprego formal de 6,3%, a terceira maior (em paridade com o Corede Celeiro) entre os 28 Conselhos Regionais do estado. Já o mercado formal de trabalho do Vale do Taquari limitou-se a 2,9% de expansão relativa. Os três maiores municípios da RF geraram os maiores saldos absolutos, como seria razoável esperar: no Vale do Rio Pardo, Santa Cruz aportou 2,7 mil vínculos adicionais, e Venâncio Aires, 2,2 mil; no Vale do Taquari, Lajeado agregou 1,2 mil postos ao saldo. Desses três municípios, a mais elevada variação percentual foi a de Venâncio Aires (12,2%), impulsionada em grande parte pela indústria, em especial, do fumo. Seguiu-se Santa Cruz do Sul (5,7%). O crescimento relativo de Lajeado (3,1%) foi inferior ao do agregado do RS e, tanto mais, ao da RF 2.

A RF 5, que contém apenas o Corede Sul, cada qual em última colocação nos respectivos ordenamentos, segundo a regionalização, teve um pequeno saldo positivo de 683 empregos no período jul./2024-jul./2025. Se fosse excluído do conjunto de 22 municípios envolvidos o de São José do Norte, o saldo saltaria para 4,8 mil postos formais adicionais. Esse pequeno mercado de trabalho perdeu 4,2 mil empregos nesses 12 meses, 58,2% do total de que dispunha no início do período analisado. Como já foi mencionado acima, esse movimento responde às drásticas oscilações pelas quais vem passando a atividade de fabricação de embarcações, responsável por 3,8 mil dessas vagas perdidas por São José do Norte.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transcorrido pouco mais de um ano após os eventos climáticos extremos que assolaram o estado entre o final de abril e o final de maio de 2024, os índices anualizados do emprego, no Rio Grande do Sul, consagram uma recuperação consistente, o que fez, inclusive, que, nos últimos 12 meses disponíveis (junho e julho de 2025), a variação anualizada do estoque de vínculos formais de trabalho tenha superado a nacional, fato inédito na série do Novo

Caged, iniciada em janeiro de 2020. Entre julho de 2024 e o mesmo mês deste ano, geraram-se, no estado, 94 mil postos adicionais, uma elevação de 3,3%, ligeiramente superior a de 3,2% do agregado do Brasil.

O Rio Grande do Sul ainda se mantém com o mais baixo resultado relativo do mercado formal de trabalho no acumulado de cinco anos que a série estatística permite computar, na comparação com as demais 26 unidades da Federação, mas, entre julho do ano passado e julho deste ano, situou-se na 18.^a posição, bem menos desconfortável do que as que vinha reiteradamente ocupando nos acompanhamentos periódicos deste boletim.

O setor serviços dominou a expansão em nível estadual, com praticamente metade das vagas adicionais e o mais alto percentual de crescimento (3,9%). A construção teve o segundo melhor resultado relativo (3,3%), enquanto a indústria gerou o segundo maior número de vínculos.

Na análise do perfil dos trabalhadores incorporados ao mercado formal, no bojo da expansão do emprego, reencontraram-se as tendências a uma sobrerrepresentação dos indivíduos muito jovens, dos trabalhadores com ensino médio completo (e, acessoriamente, incompleto) e das mulheres, detentoras de quase 60% do saldo gerado nesses últimos doze meses. Na caracterização desse viés de seleção que dá preferência a empregar jovens menores de idade ou entre 18 e 24 anos, a comparação com o agregado do país mostrou que esse é um traço bem mais nítido no mercado de trabalho estadual, o que parece estabelecer um paradoxo, dadas as características demográficas do Rio Grande do Sul, que iniciou sua transição demográfica há mais tempo e tem hoje uma população mais “envelhecida”. Esse resta um ponto para aprofundamento.

A dispersão dos resultados do emprego entre as nove Regiões Funcionais foi intensa, com os percentuais de crescimento se distribuindo entre um mínimo de 0,5% no Sul do estado e um máximo 10 vezes superior (5,1%) na Região Norte. Dentro dessa última, o Corede Alto do Botucarái despontou, com 10,4% de expansão, a mais alta entre os 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento em que se divide o estado, em outra regionalização, complementar. O pior desempenho, da Regional Funcional 5 — que coincide totalmente com o Corede Sul —, pode ser atribuído fundamentalmente a um pequeno município, São José do Norte, e a um segmento produtivo, a fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores. Trata-se da construção de embarcações, fortemente concentrada nessa localidade, que vem enfrentando grande instabilidade há muitos meses.

Box

DESOCUPAÇÃO NOS ESTRATOS GEOGRÁFICOS DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL: EVIDÊNCIAS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2025

Como foi visto na **seção 1** desta edição do **Boletim**, ocorreu queda da taxa de desocupação (TD) no Rio Grande do Sul, no segundo trimestre de 2025, tendo o indicador passado de 5,9% no segundo trimestre de 2024 para 4,3% no de 2025. Na mesma referência comparativa, o contingente de desocupados, no estado, passou de 357 mil para 266 mil pessoas, o que representou uma intensa retração de 25,4%.

O objetivo deste *box* é apresentar, de forma sucinta, evidências sobre a desocupação no RS, no segundo trimestre de 2025, no âmbito dos estratos geográficos de municípios, conforme delimitados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) pelo IBGE (2022). Deve-se ter presente que as estatísticas em nível de estratos geográficos de municípios são consideradas experimentais, o que demanda cautela na sua interpretação, pois elas ainda “(...) estão sob avaliação porque ainda não atingiram um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia” (IBGE, 2022, p. 4).

De acordo com o que se pode constatar na **Tabela A**, ocorreu redução da TD no segundo trimestre de 2025, em comparação com o mesmo trimestre de 2024, em todos os estratos geográficos de municípios do RS. A queda de maior intensidade — quando medida em pontos percentuais (p.p.) — foi verificada no estrato Noroeste (-1,9 p.p.), e a menor, no Planalto e Litoral Norte (-0,5 p.p.). Para a intensidade da redução da TD no estrato Noroeste, concorreu a elevação de seu nível de ocupação (NO), de 62,3% para 63,6%, combinada com a estabilidade da sua taxa de participação na força de trabalho (TPFT), em 64,8%. O estrato Noroeste evidenciou a menor TD no segundo trimestre de 2025 (1,8%), enquanto tanto Porto Alegre quanto o estrato Entorno Metropolitano de Porto Alegre registraram a maior (em ambos, 6,0%).

A maior queda absoluta do contingente de desocupados, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, foi verificada no estrato Entorno Metropolitano de Porto Alegre (-27 mil pessoas), e a menor, no Planalto e Litoral Norte (-4 mil pessoas). Em termos relativos, a redução mais intensa do contingente de desocupados ocorreu no estrato Noroeste (-47,6%), e a menos intensa, no Planalto e Litoral Norte (-10,0%). Assinale-se que o estrato Planalto e Litoral Norte era o único que, no segundo trimestre de 2025, tinha um contingente de desocupados superior ao do segundo trimestre de 2023, uma referência comparativa anterior à calamidade climática que incidiu sobre o RS em maio de 2024.

Quanto à evolução da distribuição dos desocupados no RS, na comparação do segundo trimestre de 2025 com o de 2024, as maiores quedas nas participações relativas — medidas em p.p. — ocorreram nos estratos Campanha e Litoral Lagunar (de 17,6% para 15,8%) e Noroeste (de 5,9% para 4,1%). Em sentido antagônico, os maiores aumentos nas parcelas relativas da desocupação estadual foram verificados em Porto Alegre (de 15,4% para 17,7%) e no estrato Planalto e Litoral Norte (de 11,2% para 13,5%).

Este *box* mostrou que ocorreu queda generalizada da desocupação nos estratos geográficos de municípios do RS, no segundo trimestre de 2025, por um lado. Por outro, também mostrou que persistem diferenças acentuadas na TD entre eles, com o nível desse indicador em Porto Alegre e no estrato Entorno Metropolitano de Porto Alegre sendo mais de três vezes superior ao do Noroeste, confirmando que o fenômeno da desocupação se manifesta mais amplamente nos grandes centros urbanos e nas áreas metropolitanas.

**Tabela A - Indicadores selecionados do mercado de trabalho, por estrato geográfico de municípios, no Rio Grande do Sul —
2.º trim./2019-2.º trim./2025**

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO (%)							Δ (p.p.)
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020 (1)	2.º Trim./2021 (1)	2.º Trim./2022	2.º Trim./2023	2.º Trim./2024	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025 2.º Trim./2024
Rio Grande do Sul	66,0	61,2	63,3	64,8	66,0	65,3	65,5	0,2
Porto Alegre	66,2	56,3	62,9	62,8	66,4	66,5	65,7	-0,8
Entorno Metropolitano de Porto Alegre	66,0	60,7	64,7	65,4	67,3	66,3	65,2	-1,1
Oeste	64,4	62,1	61,4	64,6	67,6	63,7	67,2	3,5
Noroeste	65,0	66,6	64,2	67,6	66,0	64,8	64,8	0,0
Planalto e Litoral Norte	71,3	65,4	65,0	67,8	67,0	67,2	69,3	2,1
Depressão Central	65,3	61,9	62,0	62,3	65,0	65,6	66,9	1,3
Campanha e Litoral Lagunar	61,9	57,3	60,9	62,6	62,7	61,5	60,3	-1,2
DISCRIMINAÇÃO	NÍVEL DE OCUPAÇÃO (%)							Δ (p.p.)
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020 (1)	2.º Trim./2021 (1)	2.º Trim./2022	2.º Trim./2023	2.º Trim./2024	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025 2.º Trim./2024
Rio Grande do Sul	60,5	55,3	57,7	60,7	62,6	61,5	62,7	1,2
Porto Alegre	60,4	49,5	56,1	58,2	61,9	61,8	61,8	0,0
Entorno Metropolitano de Porto Alegre	58,7	53,1	56,4	59,5	62,9	61,1	61,3	0,2
Oeste	61,3	56,0	57,8	62,9	65,4	60,8	65,1	4,3
Noroeste	61,4	63,6	61,4	64,0	64,1	62,3	63,6	1,3
Planalto e Litoral Norte	67,1	59,9	60,5	64,8	64,9	64,8	67,0	2,2
Depressão Central	60,4	56,8	57,8	59,9	60,8	62,0	64,4	2,4
Campanha e Litoral Lagunar	55,4	52,1	55,5	57,8	59,0	57,2	57,4	0,2
DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)							Δ (p.p.)
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020 (1)	2.º Trim./2021 (1)	2.º Trim./2022	2.º Trim./2023	2.º Trim./2024	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025 2.º Trim./2024
Rio Grande do Sul	8,3	9,7	8,8	6,3	5,3	5,9	4,3	-1,6
Porto Alegre	8,8	12,1	10,8	7,4	6,8	7,1	6,0	-1,1
Entorno Metropolitano de Porto Alegre	11,0	12,6	12,9	9,0	6,6	7,8	6,0	-1,8
Oeste	4,8	9,8	6,0	2,8	3,4	4,5	2,9	-1,6
Noroeste	5,4	4,5	4,3	5,4	2,8	3,7	1,8	-1,9
Planalto e Litoral Norte	6,0	8,4	6,8	4,3	3,1	3,7	3,2	-0,5
Depressão Central	7,4	8,2	6,7	3,9	6,4	5,3	3,5	-1,8
Campanha e Litoral Lagunar	10,6	9,1	8,9	7,6	6,0	7,0	4,9	-2,1
DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE DE DESOCUPADOS (1.000 pessoas)							Δ (%)
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020 (1)	2.º Trim./2021 (1)	2.º Trim./2022	2.º Trim./2023	2.º Trim./2024	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025 2.º Trim./2024
Rio Grande do Sul	505	548	520	377	321	357	266	-25,4
Porto Alegre	68	80	81	55	53	55	47	-14,5
Entorno Metropolitano de Porto Alegre	159	173	188	130	99	115	88	-23,5
Oeste	22	46	27	13	17	21	14	-33,3
Noroeste	30	25	24	34	17	21	11	-47,6
Planalto e Litoral Norte	71	90	71	47	33	40	36	-10,0
Depressão Central	53	57	49	28	49	42	28	-33,3
Campanha e Litoral Lagunar	102	77	80	70	53	63	42	-33,3
DISCRIMINAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS DESOCUPADOS (%)							Δ (p.p.)
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020 (1)	2.º Trim./2021 (1)	2.º Trim./2022	2.º Trim./2023	2.º Trim./2024	2.º Trim./2025	2.º Trim./2025 2.º Trim./2024
Rio Grande do Sul	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Porto Alegre	13,5	14,6	15,6	14,6	16,5	15,4	17,7	2,3
Entorno Metropolitano de Porto Alegre	31,4	31,5	36,1	34,5	30,8	32,2	33,1	0,9
Oeste	4,4	8,4	5,2	3,4	5,3	5,9	5,3	-0,6
Noroeste	5,9	4,6	4,6	9,0	5,3	5,9	4,1	-1,8
Planalto e Litoral Norte	14,1	16,4	13,7	12,5	10,3	11,2	13,5	2,3
Depressão Central	10,5	10,4	9,4	7,4	15,3	11,8	10,5	-1,5
Campanha e Litoral Lagunar	20,2	14,1	15,4	18,6	16,5	17,6	15,8	-1,8

Fonte dos dados brutos: PNAD Contínua (IBGE, 2025a, 2025b).

(1) Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

REFERÊNCIAS

- BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 3, 2024. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 3, 2024a. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 19 set. 2024.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 4, 2024b. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 17 dez. 2024.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 7, n. 1, 2025a. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 7, n. 2, 2025b. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- BRAGA, D.; ASSUNÇÃO, G.; HIDALGO, L. **Package PNADcIBGE**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADcIBGE/index.html>. Acesso em: 1.º fev. 2024.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Base estatística RAIS. Brasília, DF: MTE, 2025. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 5 set. 2025.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Estatísticas mensais do emprego formal — Novo Caged: julho 2025. Brasília, DF: MTE, 2025. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 8 set. 2025.
- HOFFMANN, H.; BOTASSIO, D.; JESUS, J. **Distribuição de renda** – medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização. São Paulo: Edusp, 2019.
- IBGE. **Estimativas para estratos de municípios na PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. (Nota técnica, n. 1). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101933.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.
- IBGE. **Painel Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadcf/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2025. Acesso em: 15 ago. 2025.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Censo Demográfico de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2025c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9606>. Acesso em: 08 set. 2025.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 2.º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.
- LUMLEY, T. **Package survey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>. Acesso em: 1.º fev. 2024.

OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Ginebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

PESSOA, D.; DAMICO, A.; JACOB, G. **Package convey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/convey/index.html>. Acesso em: 16 out. 2024.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL